

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

BIANCA SANTOS DA SILVA

**EU, MULHER TRANS PSICÓLOGA: O FAZER
ENTRE NÓS E O DESFAZER DE AMARRAS**

**SÃO MATEUS-ES
2021**

BIANCA SANTOS DA SILVA

EU, MULHER TRANS PSICÓLOGA: O FAZER
ENTRE NÓS E O DESFAZER DE AMARRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciências, Tecnologia e Educação da Universidade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação.

Área de concentração: Ciências, Tecnologia e Educação

Orientador: Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S586e

Silva, Bianca Santos da.

Eu, mulher trans psicóloga: o fazer entre nós e o desfazer de amarras / Bianca Santos da Silva – São Mateus - ES, 2021.

74 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Edmar Reis Thiengo.

1. Memória autobiográfica. 2. Transexuais. 3. Pessoas transgenêros - Identidade. I. Thiengo, Edmar Reis. II. Título.

CDD: 306.7

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

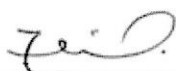
BIANCA SANTOS DA SILVA

**EU, MULHER TRANS PSICÓLOGA: O FAZER ENTRE NÓS E O
DESFAZER DE AMARRAS**

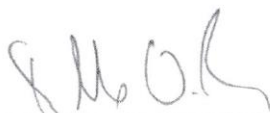
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 18 de dezembro de 2021.

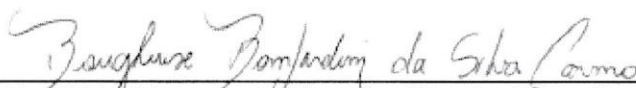
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Bougleux Bomjardim da Silva Carmo
Colégio de Polícia Militar Anísio Teixeira (CPMAT)

Dedico este trabalho...

... a todas as pessoas consideradas abjetas e ininteligíveis, especialmente, para todas as pessoas transvestigêneres¹ que foram silenciadas, violentadas e assassinadas; para aquelas que ainda o são e para as que, futuramente, não mais o serão.

... às mulheres da minha vida: minha mãe, Elizabeth Santos da Silva, minha filha, Sthefany Santos da Silva, e minha irmã de alma, Camila Oliveira.

¹ Termo cunhado pela travesti Indianara Siqueira como uma aglutinação dos termos transexual (trans), travesti e transgêneros. A palavra termina em desinência de gênero em “e” para designar o gênero neutro dos não-binários.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Edmar Reis Thiengo, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação, especialmente a Rayane Batista Moraes, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

Por último, quero agradecer à minha família e amigos, pelo apoio incondicional que me deram, especialmente, meu esposo Vitor Raimundo Peixoto.

RESUMO

SILVA, Bianca Santos da. **Eu Trans Psicóloga: O Fazer Entre Nós e o Desfazer de Amarras**. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

O desejo de produzir uma pesquisa sobre as transtravestis fez nascer *Eu, Mulher Trans Psicóloga: entre Nós e Amarras*, na qual minhas vivências fizeram e desfizeram nós e amarras com as histórias autobiográficas nas análises de conteúdo. Para entender essa vivência, a base norteadora foi a questão: como ocorre o processo de se assumir mulher trans e psicóloga em meio aos nós e às amarras de uma sociedade heteronormativa? Como objetivo geral, discutimos o processo de se assumir mulher trans e psicóloga em meio aos nós e às amarras de uma sociedade heteronormativa. O embasamento teórico buscou trazer as seguintes temáticas: Eu transpropondo; Eu transjustifica; Eu transformando; A escola e a transfobia; A inexistência de políticas sociais transtravesti; Nome social e retificação de nome; Identidade de gênero; Eu trans psicóloga. No que tange à metodologia, optou-se pela autobiografia, com perspectiva de autoformação e narrativas de resistência, em que as narrativas trans e travestis construíram um documentário. A apresentação e a discussão dos dados contemplaram os seguintes tópicos: Pitty da rodoviária: mulher travesti kennedense; Rayane pedagoga: mulher transexual kennedense; O (des)fazer de nós entre nós. O produto final traz um compêndio de histórias trans e travestis, kennedenses, construído por meio de documentário.

Palavras-chave: Transexual. Travesti. Identidades Trans. Histórias autobiográficas.

ABSTRACT

SILVA, Bianca Santos da. **Eu TransPsychologist: Making Between Us and Untying Moorings**. 74 f. Dissertation (Masters) – Faculdade Vale do Cricaré.

The desire to produce research on transvestites was born, Me, a trans woman psychologist: Between us and ties, where my experiences made knots and ties with autobiographical stories in content analysis. To understand this experience, we had as a guiding basis the question: how does the process of assuming a trans woman and a psychologist take place in the midst of the knots and ties of a heteronormative society? As a general objective, we discuss the process of coming out as a woman. trans and psychologist among the knots and ties of a heteronormative society. We seek in the theoretical basis to bring the following themes: I transproposing; I transjustify; Me transforming; School and transphobia; The lack of trans-transvestite social policies; Social name and name rectification; gender identity; I trans psychologist. Regarding the methodology, we opted for autobiography with a perspective of self-training and narratives of resistance, where the trans and transvestite narratives built a compendium of trans stories. The presentation and discussion of data are presented in the following topics: Pity of the highway: a kennedense transvestite woman; Rayane educator: a transsexual woman from Kennedense; The (un)making of us among us. Regarding the final product, we made a compendium of trans and transvestite stories, Kennedenses, through a documentary.

Keywords: Transsexual. Transvestite. TransIdentitiesAutobiographicalStories.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais.
ANTRA	Associação Nacional de Travesti e Transexuais.
GOLD	Orgulho e Dignidade.
CID	Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde.
DSM-V	Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e demais pessoas da bandeira e a pluralidade de outros grupos e variações de sexualidade que fogem da heterocisnormatividade.
SUS	Sistema Único de Saúde.
HUCAM	Hospital Universitário Cassiano de Moraes.

SUMÁRIO

1 EU TRANSPONDO	9
1.1 EU <i>TRANSJUSTIFICA</i>	11
1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA	16
2 EU TRANSFORMANDO	18
2.1 A ESCOLA E A TRANSFOBIA	28
2.2 A INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS TRANSTRAVESTIS	34
2.3 NOME SOCIAL E RETIFICAÇÃO DE NOME	35
2.4 IDENTIDADES DE GÊNERO	40
3 METODOLOGIA	41
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	44
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TRANSTRAVESTIS	45
4.2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS IDENTIDADES	46
4.3 IMPORTÂNCIA DO NOME NA VIDA DAS TRANSTRAVESTIS	55
4.4 PITYY, RAYANE E BIANCA: O (DES)FAZER DE NÓS ENTRE NÓS	57
5 PRODUTO EDUCACIONAL	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS COLABORADORAS	65
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM, AUDIO E NOME	68
APÊNDICE D – MODELO DE REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE (AQUI INCLUIR O NOME DA CIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO CARTÓRIO) ...	69
APÊNDICE E – MODELO DE PEDIDO DE GRATUIDADE DE CUSTAS DO CARTÓRIO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE (AQUI INCLUIR O NOME DA CIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO CARTÓRIO)	70
ANEXOS	71
ANEXO A – PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA	71
ANEXO B – DEFESA	74

1 EU TRANSPROPONDO

Desde criança me sentia diferente, sonhava em dormir e acordar uma menina; era muito doloroso cortar o cabelo, amava colocar toalha na cabeça e me imaginar como a Rapunzel. Desde pequena sempre gostei de brinquedos e roupas femininas, mas meus gostos sempre foram reprimidos, me obriguei a entrar em um casulo.

Minha infância foi marcada por ofensas, era chamada de "bichinha", escutava expressões como "vira homem", comentários como "esse menino tem um jeito estranho" ou "só porrada para ajeitar". Por muitas vezes, ouvi tudo isso da própria família. Assim, em relação a essas questões e inúmeras situações, de acordo com Favero (2020), minha possibilidade de criar condições para lidar com a transexualidade quando criança foi restringida, me anulou como criança trans. Então, eu criança trans não existia, existia sexo biológico, menino, e se sentir menina era uma afronta. Contudo, apesar de vivenciar esse, minha mãe sempre me acolheu, embora também tenha sido sempre julgada, por isso ela é meu "porto seguro", sempre foi minha mãe, seu colo, seu abraço, que me acolheu nos momentos mais difíceis.

Minha mãe, mulher humilde, submissa ao marido, sofreu com insultos do meu pai, que a culpava pelo meu jeito diferente de ser. Aquela mulher com aparência frágil sempre foi uma grande mulher, minha referência de mulher, sempre me amou e me acolheu incondicionalmente.

Ainda criança, nos fins de semana, recebia visita da minha tia e uma amiga travesti; eu ficava encantada com seus traços e trejeitos, porém minha família não a via com bons olhos. Identificava-me com aqueles modos, com a voz marcante, seu jeito engraçado, suas roupas espalhafatosas, sua doçura e jeito encantador de tratar as pessoas.

Ao crescer, constantemente convivi com a angústia, me acompanha desde o início da minha puberdade, no entanto questionava as minhas amigas se era, normal sentir o peito queimar, o coração com sensação de aperto, faltar ar, sentir-se paralisada, sem energia. Aos quatorze anos, esses sintomas se intensificavam mais, um dia na escola, minhas pernas paralisaram, minhas mãos ficaram dormentes, fiquei sem voz, fui parar no hospital por conta das minhas crises de ansiedade. Nesse momento, contei para minha família que minha alma estava no corpo errado,

fui expulsa de casa, senti o amargo de ficar entre a casa de uma e de outra pessoa, pois dormia na minha avó e passava o dia na casa de uma pessoa em que minha tia trabalhava; e ainda trabalhei em troca de um prato de comida, na tentativa de ficar em paz, sem julgamento. Passei por momentos difíceis, tive que digerir que eu poderia ser *gay*, era o que a família acreditava.

Após um período, voltei para casa dos meus pais, pois sempre fui amada pela minha mãe. Embora ela vivesse em um relacionamento abusivo, porque acreditava que casamento é para vida toda, ela fazia o possível para me proteger do pai que só me pisava; eu era a vergonha da família.

Com o transcorrer do tempo, contudo, foi preciso mudar, e foi assim que aos vinte quatro anos, morreu Wlleivis, nasceu Bianca, o nome aduz á identidade, a morte da identidade masculina marca uma cisão. É preciso deixar morrer para nascer algo novo, deixar morrer, no caso da transexualidade, e ter consciência que muitas portas vão se fechar, porém novos ciclos virão nesse movimento de deixar morrer para poder viver.

Contudo, essa mudança não foi fácil. Após três tentativas de suicídio, minha família foi obrigada a digerir que a transição era importante para que minha vida tivesse sentido, pois antes da transição eu vegetava, não me reconhecia, o espelho era meu inimigo.

Nessa transição, trocar roupas masculinas por roupas femininas foi um passo difícil, chacotas eram constantes, até mesmo da família, mas o que importava naquele momento é que eu me sentia bem. Além disso, junto com as roupas, ganhei um novo nome, Bianca, que significa doce e branca como a neve, Bianca tem a representatividade de ser mulher, de me tornar feminina.

O nascimento de Bianca me deu força para viver, para enfrentar meus medos, me fez acreditar que é possível ser feliz, que eu poderia vencer estigmas predeterminados pela sociedade. Chamo toda essa fase de metamorfose, de uma triste lagarta, transformei-me em uma linda borboleta.

Entre tantas metamorfoses, a mais significativa delas, na minha vida, foi entrar no curso de psicologia. Assim, a escola que me trazia lembranças ruins, medo, tornou-se meu objeto de estudo, lugar em que eu queria estar. Além da escola, a militância trans aumentou no campo acadêmico, tornou-se objeto de estudo desta pesquisadora.

Desse modo, com o desejo de produzir uma pesquisa sobre as transtravestis nasceu “Eu, mulher trans psicóloga: entre (nós) e amarras”, na qual minhas vivências farão os nós e as amarras com as histórias nas análises de conteúdo.

Para entender essas vivências, tem-se como questão norteadora: **como acontece o processo de assumir-se mulher trans e psicóloga em meio aos nós e as amarras de uma sociedade heteronormativa?**

Para respondê-la, o objetivo geral envolve discutir o processo de assumir-se mulher trans e psicóloga em meio aos nós e as amarras de uma sociedade heteronormativa. E para atender ao objetivo geral determinado, de forma mais específica, é preciso:

- a) Analisar as políticas sociais de proteção às pessoas trans;
- b) Verificar como as pessoas trans constituem sua identidade de gênero;
- c) Compreender a importância do nome como forma de valorização da identidade de gênero para essas pessoas;
- d) Apresentar um documentário que valorize e potencialize o “eu trans”.

No que tange à metodologia, optamos pela pesquisa autobiográfica, por entender que essa perspectiva pressupõe um processo de autoformação, além de desvelar narrativas de resistência, em que as narrativas *trans* e travestis construirão um documentário com suas histórias de vida, a narrativa coloca os sujeitos em posição de “escuta” e de “abertura”.

A opção pelo documentário foi por entender que este pode ajudar outras pessoas em condições semelhantes ao instruir, esclarecer e minimizar sofrimentos causados pela abjeção, pela estratificação social, pela exclusão sociocultural etc.

1.1 EU TRANSJUSTIFICA

A transfobia mata, fere, leva muitas travestis e transexuais à prostituição, a serem violentadas. Ser transexual não é uma escolha, o que se deseja é ser respeitada, poder estudar, trabalhar e o principal, ser respeitada como se é.

A realidade atual mostra a dificuldade de alcançar esses anseios. Páginas de jornais (Figura 1) estão repletas de manchetes noticiando mortes violentas de mulheres trans, por diversos motivos.

Somos estereotipadas desde quando assumimos nossa identidade de gênero, somos expulsas por nossas famílias, pela sociedade em geral, aparecemos na mídia

apenas por meio de notícias tristes limitam-nos a sermos cabeleireiras e/ou garotas de programa, é nos negado o direito de estarmos em todos os espaços.

Figura 1– Manchetes de jornais relatam transfobia



Fonte: Arquivo da autora.

No que se refere às travestis e transexuais, o cenário brasileiro é marcado pela violência, conforme mostra o boletim do 2º trimestre de 2021, que traz uma amostra dessa realidade.

De acordo com o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (ANTRA, 2021, s/p), “[...] o Brasil tem 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021, sendo 80 assassinatos, 9 suicídios. Ainda houve 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos”.

Em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 casos. Esse ano se consolidou como o ano com o maior número de assassinatos contra essa parcela da população. O ciclo de violência que afeta travestis e mulheres trans se assemelha na medida em que a morte é o ponto final de uma série de violações anteriores (ANTRA, 2021, s.p.).

No que tange ao monitoramento de violência por idade, a ANTRA (2021) traz o seguinte dado:

Cabe ressaltar que diminuiu em 4 anos a idade da mais jovem desde que iniciamos esse monitoramento em 2017, caindo de 17 para 13 anos a idade em que pessoas trans passaram a ser assassinadas no país. E entre pessoas onde foi possível identificar a idade em 2021, apenas 12 (cerca de 15%) conseguiram ultrapassar a estimativa média de vida de uma pessoa trans, que é de 35 anos (ANTRA, 2021. s/p).

Segundo a ANTRA (2021), os perfis das pessoas que sofrem agressões são do gênero feminino, sendo travestis e mulheres trans, e são negras.

Mesmo com um número aparentemente inferior quando comparado ao mesmo período de 2020, não há o que comemorar. Entre janeiro e junho desse ano encontramos casos de assassinatos contra 78 travestis e mulheres trans e 2 homens trans/transmasculinos, totalizando 80 assassinatos no 1º semestre de 2021. No mesmo período, os EUA tiveram 29 casos, de acordo com a pesquisa anual da Human Rights Campaign, que monitora os casos de violência contra pessoas trans. Do total de assassinatos, 3 das vítimas eram defensoras de direitos humanos (ANTRA, 2021. s/p).

De acordo com a ANTRA (2021), a média dos semestres dos últimos anos é de 84 casos, com cerca de 14 casos/mês, e, em 2021, houve, até o momento, uma média de 13,3 casos/mês, o que chama atenção pela proximidade com a média móvel e exige atenção durante o decorrer do ano.

Outro fator importante levantado pela ANTRA (2021) é que a dinâmica dos assassinatos contra pessoas trans não segue o mesmo padrão dos homicídios em geral pelo caráter que agrega o cruzamento entre o racismo, a violência de gênero e a transfobia estrutural direcionada às vítimas, assim como a forma e a intensidade com que os assassinatos são cometidos. Há também diversos casos de tentativas de assassinatos, ataques transfóbicos e desaparecimentos anteriores ao fato consumado e que, posteriormente, se confirmam em assassinatos/homicídios.

Segundo a ANTRA (2021), algumas questões relevantes precisam ser respondidas, entre elas, devido ao aumento no número de assassinatos no período

mais crítico da pandemia, se houve iniciativas importantes ou ações advindas dos governos municipais, estaduais e federal a respeito do enfrentamento dessa violência.

Contudo, diante desse cenário mostra pela ANTRA (2021), pode-se afirmar que poucas ações foram tomadas para enfrentar as diversas formas, diretas e indiretas, relacionadas à transfobia. Desse modo, é muito importante visibilizar as violências que acontecem contra nossa comunidade nas redes sociais e, acima de tudo, é fundamental registrar a ocorrência e fazer uma denúncia formal aos órgãos competentes.

Os dados apresentados pela ANTRA (2021) também não representam a totalidade dos assassinatos contra travestis e demais pessoas trans, visto que existem diversas limitações em sua atuação, entre elas, a falta de dados governamentais, que aliada à subnotificação, se consolida como os principais desafios nesses últimos cinco anos de monitoramento.

Diante ao exposto, porém, para a ANTRA (2021), não é possível visualizar qualquer indicativo que possibilite acreditar em uma diminuição na violência transfóbica ou explique em definitivo as constantes variações nos números de assassinatos mapeados até presente data. Especialmente em um momento em que se vê a organização e o avanço de uma agenda antitrans, com a apresentação de diversos projetos de lei que visam estigmatizar e criminalizar as existências trans, bem como os retrocessos em políticas trans inclusivas, o fortalecimento de discursos anticientíficos e a disseminação de narrativas que incitam o ódio por meio do medo sobre a população trans. Esses têm sido os principais impulsionadores da violência presente nas redes sociais e, conseqüentemente, no incentivo ao assassinato de pessoas trans, direcionando alvos e perpetuando o lugar subalterno em que a população trans foi historicamente colocada.

Diante essa realidade, é preciso elaborar uma agenda política coletiva que inclua uma narrativa com ativistas e pesquisadores do campo acadêmico, movimentos partidários, coletivos e aliados atentos, efetivamente, à luta dessa parcela importante da população brasileira.

No debate acerca da transfobia, relevante lembrar o caso Dandara, que chocou as pessoas sensíveis à causa dos direitos humanos, deixando pessoas perplexas e paralisadas diante de tamanha brutalidade e, mesmo passado muitos anos, esse vídeo ainda provoca dor. Dandara morreu por levantar discussões e

debates sobre a transfobia, sendo, portanto, vítima de um sistema que ela mesma denunciava. Dandara é exemplo e, mesmo após sua morte, vive na luta contra a transfobia.

Figura 2 – Fotos de Dandara sendo agredida.
Fonte: Jornal G1, 2017.

A fatídica história da morte de Dandara, segundo o Jornal G1 (2017), ocorreu em 15 de fevereiro de 2017, no Bairro Bom Jardim, mas somente se tornou público 16 dias depois, quando dois vídeos do ocorrido começaram a circular nas redes sociais.

Um dos vídeos mostra Dandara sozinha, já machucada e sangrando. Ela está sentada numa área cimentada do calçamento e com uma camisa amarela na mão, que usava para limpar o sangue. Outras pessoas incitam por mais espancamento, mesmo ela pedindo para não apanhar mais. Outro vídeo mostra Dandara sendo torturada por três homens por não conseguir subir num carrinho de mão, devido ao estado em que estava. Ela recebia chutes e tapas na cabeça, sendo também agredida com uma sandália na cabeça e um pedaço de madeira, recebendo insultos. Ao fim da gravação, cinco homens se juntam para colocar Dandara no carrinho de mão e levar para outro local. Posteriormente, recebeu dois tiros e uma forte pedrada na cabeça, falecendo por traumatismo craniano (G1, 2017, s.p.).

A respeito da violência transtravesti, Jesus (2013) faz uma caracterização da violência e traz o seguinte conceito:

[...] os assassinatos de travestis e de mulheres e homens transexuais no Brasil, no nível micro, como crimes de ódio, e no nível macro, como parte de uma tentativa de genocídio dessa população, visa elucidar as consequências da violência estrutural contra as pessoas trans, para que se deixe de invisibilizar o que sofrem como se fosse apenas uma série de assassinatos isolados, e revelar seu mecanismo de intolerância generalizada (JESUS, 2013, p. 119).

Diante do exposto, ao falar em exclusão de pessoas que fogem à heteronormatividade, fala-se em extermínio. A morte vem das estatísticas da ANTRA, das notícias de jornal, das Dandaras, da polícia, do poder judiciário, do discurso médico, da falta de oportunidade escolar e profissional. As estatísticas apresentadas neste trabalho mostram que o extermínio da população trans está fortemente enraizado na sociedade brasileira, tomando forma em todos os âmbitos expostos anteriormente e não envolve apenas, a questão da violência à qual a população trans se vê exposta no Brasil, como também ao modo como a sociedade civil e as instituições públicas e de poder lidam com essa violência. Com isso, pode-

se entender a urgência e a relevância do debate, dentro e fora da academia, quanto ao assunto. Frente ao exposto, eu transjustifica.

Os acusados foram condenados por crime triplamente qualificado: sem chance de defesa à vítima, motivo torpe e crueldade. Enquanto espancavam Dandara, um dos acusados filmou o crime com um celular, imagem que foi compartilhada em redes sociais. A maioria dos casos de violência permanecem sem investigação e julgamento.

1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

Neste primeiro capítulo apresentamos uma visão geral da pesquisa, cujo problema de pesquisa proposto foi discutir o processo de assumir-se mulher trans e psicóloga em meio aos nós e às amarras de uma sociedade heteronormativa. Isso conduziu ao objetivo geral, ou seja, discutir o processo de assumir-se mulher trans e psicóloga em meio aos nós e às amarras de uma sociedade heteronormativa, bem como aos objetivos específicos: analisar as políticas sociais de proteção às pessoas trans; verificar como as pessoas trans produzem sua identidade de gênero; compreender a importância do nome como forma de valorização da identidade de gênero para essas pessoas; apresentar um compêndio de histórias que valorize e potencialize o “eu trans”. Contém ainda uma justificativa pautada em situações do cotidiano brasileiro que justifica a necessidade de fazer e apresentar a pesquisa.

O segundo capítulo contém o embasamento teórico, buscando trabalhar as seguintes temáticas: Eu transpropondo; Eu transjustifica; Eu transformando; A escola e a transfobia; A inexistência de políticas sociais transtravesti; Nome social e retificação de nome; Identidade de gênero; Eu trans psicóloga. No que tange à metodologia, optei pela autobiografia com perspectiva de autoformação e por narrativas de resistência, em que as narrativas trans e travestis construíram um compêndio de histórias trans.

O terceiro capítulo mostra o percurso metodológico, no qual encontram-se descritos os caminhos percorridos durante o processo de produção de dados, a abordagem metodológica, os participantes da pesquisa, seu lócus, as técnicas, os materiais utilizados e a forma de análise de dados.

O quarto capítulo destina-se à apresentação e à análise dos dados, tendo em vista os objetivos propostos para a pesquisa. Dessa forma, inicia-se com a

apresentação dos participantes da pesquisa, passando para as análises das políticas sociais e suas consequências nas vidas dos participantes da pesquisa, caminhando para os processos de produção das identidades dos entrevistados, o uso e a importância do nome como forma de reforçar e valorizar as identidades produzidas, tudo isso em diálogo com as trans participantes da pesquisa.

O quinto capítulo relaciona-se o produto educacional, resultado da dissertação de mestrado profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da UVC, em que fizemos um compêndio de histórias trans, travestis e Kennedenses por meio de um documentário.

Encerramos o texto com as considerações finais, que nos deram a oportunidade de discutir a transfobia por meio de histórias transtravestis, histórias essas que significaram e (re)significam muito em nossa vida, seja pessoal ou profissional.

Por mais que tenhamos discutido a temática, esta será uma constante em minha vida, pois as experiências que fazem parte de quem sou, quero compartilhar com aqueles e aquelas que venham se interessar pelo assunto, seja por passar por situações semelhantes ou por ter alguém nessa condição e necessitam refletir sobre o assunto. Dessa forma, acreditamos que essa dissertação venha contribuir com a comunidade acadêmica e não acadêmica, promovendo reflexões importantes.

2 EU TRANSFORMANDO

Representando dois por cento da população trans do Brasil que chegaram ao ensino superior, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021), sou privilegiada e carrego a responsabilidade de ecoar as vozes trans e travestis.

Narrar a vivência trans oportuniza entender o universo das pessoas trans. Nessa perspectiva, como pesquisadora e sujeito da pesquisa, este estudo mostra partes da minha vivência trans, ao criar um enredo com aporte teórico, a priori, permeado pelo campo da sexualidade e do gênero.

Segundo Rangé (2001), o exercício da sexualidade é algo complexo e envolve a prática dos genitais, experiências de aproximação, transmissão de sensações, entre outros. Implica, ainda, hábitos adquiridos, atitudes e, sobretudo, significados socialmente aprendidos, relacionados com a história de vida de cada indivíduo e sua maneira de internalizar as regras sociais.

No tocante às regras, Michel Foucault, em sua obra *História da Sexualidade*, fala em modo de sujeição, que seria “a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com a regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática” (FOUCAULT, 1984, p. 27).

Heilborn (2006) aponta para a importância de uma abordagem sociológica da sexualidade, pois assim a pessoa consegue demonstrar de maneira consistente que “Os mecanismos inconscientes de origem social conformam a subjetividade, de modo que o intrapsíquico não tem origem somente em uma psicologia individual, mas em regras coletivas que estão interiorizadas” (HEILBORN, 2006, p. 06). Assim, o grupo social, por meio dos padrões de comportamentos, define os papéis que as pessoas devem representar e as submete a essas condutas. Esse aprendizado de papéis refere-se à maneira como a sociedade introduz no indivíduo um modelo do modo de sentir, pensar e de agir do grupo, passando a viver em conformidade com ele. Dessa maneira, o processo de aprendizagem social ocorre durante toda a vida e não pode ser apagado da noite para o dia. Entre as impressões deixadas pelo grupo social há três instituições que sempre deixam a marca de seus ensinamentos: a família, a religião e a escola.

A família é o primeiro agente da função socializadora e atua em um período fundamental do desenvolvimento, podendo também atuar de modo a evitar os danos

da repressão social, mas, em algumas sociedades, tende a não aceitar a sexualidade de seus (suas) descendentes, negando-a e reprimindo-a por não saber lidar com ela (BERNARDI, 1985). Dessa forma, acaba educando-os (as) não para o exercício da sexualidade saudável, e sim para reprimi-la e para a promoção de afetos e práticas exclusivamente heteronormativas.

A religião, por sua vez, apresenta um sistema de crenças que orienta o comportamento e a vida das pessoas de acordo com as linhas de seus preceitos morais. Essa, apesar das reformas feitas, ainda mantém a ideia de sexo para a exclusividade da concepção e rejeita os métodos contraceptivos e protetores da saúde, vendo o prazer sexual como algo pecaminoso e imoral. Mais uma vez, ocorre a disseminação de práticas e saberes que normatizam a sexualidade em torno da heterossexualidade, em detrimento de outras orientações sexuais. De acordo com Soares (2012), o século XIX, por meio de conceitos e verdades baseados na Medicina e em valores religiosos, produziu um discurso associando a homossexualidade à doença e, ao mesmo tempo, relacionou-a a uma espécie de punição por um comportamento que ofende a vontade de um deus. Esses discursos resultaram em representações sociais que se perpetuam até hoje e definem sujeitos como anormais aqueles fora da heterossexualidade, sendo, portanto, excluídos; veiculam também orientação sexual com doença e colocam às margens da sociedade quem foge do padrão heterossexual dito "normal" (heteronormatividade).

[...] o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1984, p. 9).

As escolas, apesar de já promoverem algumas discussões antes impensadas, como os métodos contraceptivos, ainda trazem como referência principal informações apenas de base biológica e heteronormativa. Assim, a repressão é a linha mestra da educação sexual, cujos ensinamentos estão voltados aos processos biológicos (ovulação, fecundação, entre outros), deixando de lado o mistério dos prazeres, dos corpos e dos afetos (BERNARDI, 1985).

Além disso, ainda existe a questão de gênero. A noção de gênero pode ser entendida como relações estabelecidas com base na percepção social das

diferenças biológicas entre os sexos. Essa percepção, por sua vez, está fundada em esquemas classificatórios que se opõem ao masculino/feminino, sendo essa oposição homóloga e relacionada a outras: forte/fraco; grande/pequeno; acima/abaixo; dominante/dominado (BOURDIEU, 1999). Essas oposições são hierarquizadas, cabendo ao polo masculino e seus homólogos a primazia do que é valorizado como positivo e superior. Essas oposições/hierarquizações são arbitrárias e historicamente construídas. Nessa perspectiva teórica, gênero;

[...] remete a todas as formas de construção social, cultural e linguística implicada com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (MEYER, 2004, p. 15).

É possível ampliar a discussão trazendo a perspectiva de Judith Butler, que define o gênero como a “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida” e como “uma performance com consequências claramente punitivas” (BUTLER, 2003, p. 241). A autora, assim, denuncia que as possibilidades históricas do gênero são na realidade ficções culturais punitivamente reguladas, sendo seu caráter ficcional obscurecido pela credibilidade das próprias produções de gêneros distintos e polarizados, bem como pelas punições aplicadas diante da recusa de acreditar neles. Nesse contexto, as performances de confusão do gênero operam como lugares de intervenção, denúncia e deslocamento.

Com isso, Butler (2003) aponta não somente o caráter ficcional do gênero, mas sustentá-lo como um elemento entendido como inato e natural devido à ocultação desse caráter por meio das próprias normas reguladoras do gênero. As manifestações desviantes, que quebram essas normas são, então, punidas, uma vez que sua existência denuncia esse lugar de ficção e invenção cultural que não está atrelada à natureza, mas meramente a regras sociais. Ao trazer essas ideias para a discussão presente neste tópico, é possível entender a exclusão social de pessoas trans, incluindo a violência física e as agressões psicológicas, como parte dessa punição social às configurações da confusão do gênero.

Assim, entender as relações de gênero como alicerçadas em categorizações presentes em toda a ordem social permite compreender a relação entre sexualidade e poder. A sexualidade, longe de ser um “domínio da natureza”, é considerada como um “fato social”, ou seja, condutas e posturas na condução de sua vida, funcionando

ainda como fundadora da identidade e domínio a ser explorado cientificamente (MEYER, 2004).

Convém ressaltar que ao abordar a oposição ativo/passivo, apresenta-se a concepção da heterossexualidade como norma e a homossexualidade e transexualidade como subversões da norma, ocupando, dessa forma, uma posição de inferioridade e dominação (BOURDIEU, 1999). Tal construção foi feita pela Medicina, por meio da reelaboração das práticas homossexuais e transexuais como enfermidade. Apesar disso, a homossexualidade já não é mais considerada doença, visto que há vinte e cinco anos a Organização Mundial da Saúde a excluiu da classificação internacional de doenças (CID). Também com o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, DSM-V, a transexualidade deixou de ser classificada como uma doença mental ou transtorno e passou-se a utilizar o termo "disforia de gênero" nos casos em que há uma incongruência marcante entre a própria experiência de gênero e o sexo biológico.

De acordo com Bento (2017), em suas pesquisas sobre transexualidade, as mulheres transexuais e travestis se sentem inseguras na socialização em gestos, na forma de cruzar as pernas. Eu, por exemplo, me esforçava para ser reconhecida como mulher, pois como o gênero é um processo de reconhecimento social, cada pessoa vai te olhar de uma maneira ao analisar seus movimentos.

Ao refletir sobre o que foi explanado, fazendo um cruzamento com minha vivência como mulher trans, muitas vezes entrei em moldes heteronormativo, precisava estar feminina, maquiada, bem vestida, com trejeitos femininos, vivia encenando o tempo todo, o que trouxe sérias consequências para minha saúde mental. Embora tenha enfrentado isso, encontrei-me, simplesmente, sou Bianca, sem as cobranças da perfeição de mulher, sem precisar autoafirmar que sou mulher, sem precisar buscar feminidade o tempo todo, não é uma roupa que me define, sinto-me liberta.

É relevante ressaltar que, nós, transexuais, vivemos em um contexto de afirmação da nossa orientação de gênero o tempo todo, assim como demais siglas LGBTQIA+. Por isso, diante os processos excludentes que nós, transexuais e travestis, vivemos, é muito importante pesquisar os arranjos das histórias trans, como os processos de exclusão impactam na vida das transtravesti.

Diante do exposto Bento (2017) afirma que:

[...] os limites de uma lei de violência de gênero concebida e implementada exclusivamente para "mulheres" que sofrem agressões na vida privada, contrastando essa moldura com a brutal realidade de assassinatos de pessoas trans no Brasil, que se dão sobretudo nos espaços públicos e que fazem do país o lamentável campeão dessas violações do direito à vida. Dito de outro modo, as mulheres trans morrem e estão excluídas do reconhecimento e das possibilidades de proteção legal por efeito do viés essencialista da lei, mesmo quando essas mortes não podem ser dissociadas das marcas do feminino gravadas nos seus corpos e modos de vida (BENTO, 2017, p. 13).

Bento (2017) faz uma leitura de que nós, transexuais, temos sido objeto de estudo para a radicalização da desnaturalização das identidades. E, baseado nisso, começando pelos estudos e pelas políticas feministas, apontou que a identidade de gênero, as sexualidades, as subjetividades somente apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar.

Diante desse contexto, nos tornamos compulsivas por hormônios femininos, sempre querendo estar dentro da norma, dito normal, fomentada no discurso, isto é, quer ser mulher, seja como tal, porte-se como tal.

Ao fazer uma ligação sobre o uso de hormônios, esbarra-se no saber médico. Segundo salienta Bento (2017), as leituras médicas acerca da transexualidade são analisadas em engrenagens discursivas, as quais limitam a existência dos desejos da diversidade, dos gêneros, da sexualidade nesse âmbito de estruturas corpóreas. Desse modo, nós, transexuais, passamos a ser aceitas quando estamos dentro da norma, do considerado normal, mulheres "passáveis", dentro do modelo heteronormativo.

De acordo com a norma somos, então, sexo frágil, já que queremos ser mulher. Bento (2017) afirma que para ter segurança no processo do gênero da modelo mulher é preciso ser submissa, pois os homens têm virilidade, ressaltando, nesse caso, um ponto sobre os traços identificados com a norma de gênero.

Bento me fez pensar nos discursos de infância: "vira homem, seu mulherzinha!" Como se ser homem fosse ser superior e ser mulherzinha algo ruim, menos admirável. Agora entendo quando minha mãe fala "você é uma grande mulher, pois para viver a transtravestibilidade é preciso sermos mulheres fortes".

Ao escrever este texto, fiz uma reflexão sobre o peso de ser travesti; quando uso o termo travesti para me definir, desperto, paro e penso: "como assim? Você é mulher, você fez cirurgia, logo, estou dentro do que é normal, mulher tem vagina, então, o sexo biológico me define". Reproduzindo a frase de uma travesti, "Sinto

harmonia entre peito e pinto", definição harmônica, de empoderamento, entendi essa frase como: meu corpo não me define.

No que se refere a minha vivência trans, aos vinte e cinco anos não bastava somente vestir roupas femininas. Nesse momento, contudo, ainda me considerava travesti, pois não entendia o que era ser transexual, mas sabia que "sentia" a disforia em relação à genitália. Essa situação me levou, nesse mesmo ano, a começar tomar hormônios femininos, sem orientação médica, muito embora com vários efeitos colaterais. Apesar disso, me sentia cada vez mais feminina, minha pele estava mais macia, os seios começaram a crescer, comecei a ter certa harmonia entre corpo e mente. Porém, me ver sem roupa era dolorido, em alguns dias, a disforia me machucava, sentia repulsa com aquela genitália, aquele órgão só me trazia repulsa.

Para mudar esse cenário, os conhecimentos em saúde pública adquiridos na graduação foram um divisor de águas na procura para fazer cirurgia de redesignação sexual, passo primordial para ter conforto com meu corpo.

Nesse período de procura também tive a oportunidade de acompanhar a Rayane Batista em sua cirurgia de readequação sexual, por meio da qual conheci o ambulatório trans do Hospital Cassiano de Moraes (HUCAM), da Ufes, em Vitória/ES. Com a Rayane, mesmo sem sermos amigas, surgiu a possibilidade de realizar meu sonho um dia iria me olhar sem aquele órgão que destoava das formas e curvas adquiridas com a hormonoterapia.

Desse modo, em 2016, após minha formatura, o foco foi o acompanhamento no Ambulatório Diversidade de Gênero da HUCAM, realizados em dez meses de incansáveis viagens à Vitória, até receber a notícia de ser a próxima a fazer cirurgia. Muitas emoções, o coração ficou "a mil", uma mistura de medo e felicidade. Caros leitores, imaginem quem foi portadora da notícia da minha cirurgia? Sim, a Rayane, pois o hospital não conseguiu falar comigo e ligou para ela. Também na cirurgia dela, eu fui a primeira pessoa para quem ela contou, será que foi coincidência ou amarras do destino? Certamente, a vida nos colocou uma na vida na outra e nós cuidamos, assim como fazem os irmãos, como fazem as famílias, pois nós, trans, da mesma forma encontramos segurança com nossos iguais, com nossos pares.

Apesar de estar vivendo um sonho, ele virou pesadelo porque fiquei mutilada após negligência médica, não havia nem um pênis nem uma vagina, que se tornou um transtorno em minha vida. Para o médico, estava tudo bem, porém para mim não estava nada bem. Havia uma mutilação, fiquei perdida sem saber o que fazer. Nesse

contexto, contudo recebi auxílio de pessoas que têm empatia com dor alheia, as minhas amarras eram as amarras da pessoa que me ajudou e essa ajuda me conduziu ao núcleo de direitos humanos de Vitória/ES. A partir daquele momento começou minha ação jurídica contra o HUCAM. Ao tomar conhecimento da ação, o hospital liberou a cirurgia corretiva, mas a ação prosseguiu, pois a intenção foi garantir segurança para as próximas pacientes na cirurgia e nos procedimentos necessários.

Questionei-me muitas vezes o porquê passar por essa turbulência na minha cirurgia? A resposta veio em uma das minhas consultas com minha psicóloga, “Porque você é forte, você mudou sua realidade, pode mudar de muitas pessoas”. Isso foi confortante, percebi que nada é por acaso, que cada experiência, boa ou ruim, contribui para crescimento pessoal.

Nesse período, conheci a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais e o grupo GOLD, Orgulho e Dignidade, com seus trabalhos voltados aos LGBTs. Conhecer o trabalho desses grupos foi a oportunidade de lutar por meus direitos como cidadã e, mesmo morando em uma pequena cidade, exerço a militância.

Para melhor compreensão e interligando os assuntos deste subtópico, a seguir apresentaremos uma breve descrição da ANTRA e do grupo GOLD, mostrando, sucintamente, o trabalho dessas organizações na sociedade civil.

A ANTRA trabalha com uma rede nacional e busca alcançar maior número de pessoas travestis e transexuais, ciente do seu papel social e da responsabilidade com o coletivo que ela representa, das possibilidades e impossibilidades enfrentadas todos os dias e da meta traçada para o futuro, que é Resistir pra Existir.

Sobre o trabalho da ANTRA, a instituição atua nas principais linhas de frente:

- Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;
- Promover campanhas informativas e apresentar propostas, a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;
- Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolver trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;
- Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;
- Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;

- Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids;
- Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;
- Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas (ANTRA, 2000, s/p).

De acordo com *site* da ANTRA, a organização é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promover a cidadania da população de Travestis e Transexuais, fundada no ano de 2000, na cidade de Porto Alegre. Tem como missão identificar, mobilizar, organizar, aproximar, empoderar e formar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para construir um quadro político nacional, a fim de representar essa população na busca pela cidadania plena e isonomia de direitos.

Com competência, a ANTRA atua no território brasileiro com trabalhos em prol das pessoas travestis e transexuais, sendo que no território capixaba, com premissas da ANTRA, surgiu o Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD).

O Gold realiza trabalhos de grande relevância para o grupo LGBT em si, desde trabalhos de assistencialismo, orientação, bem como levando discussões sociais que buscam inserir os LGBTs nos diversos espaços sociais.

De acordo com o site do Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade, esta é:

[...] uma organização da sociedade civil que, desde 2005, atua no Estado do Espírito Santo, criada com missão de promover e defender os Direitos Humanos, contribuindo para uma democracia sem discriminação, levando informação sobre Saúde e Cidadania às populações mais vulneráveis. Hoje, a instituição compõe o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT e o Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória (GOLD, 2005, s/p).

Diante do exposto, é fundamental esclarecer os trabalhos das organizações direcionadas às pessoas trans e travestis são de suma importância para trazer práticas instituintes, visto que o contexto atual reflete um modelo heteronormativo e instituído.

Como diz uma antiga canção, “Por isso vem, entra na roda com a gente, você é muito importante, então, vem”². Assim, falar de ANTRA e GOLD é falar de estar

2 Canção “Momento Novo”, composição de Ernesto B. Cardoso. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/de-todas-as-tribos/1684390/>. Acesso em 30 de nov. de 2021.

em movimento, em dar as mãos, de buscar equidade nas políticas públicas relacionadas ao público LGBTQIA+.

Ainda em relação às cirurgias, no Brasil, segundo Bento (2017), as cirurgias eram restritas a hospitais universitários para todas aquelas/es que sonhavam com a redesignação sexual.

No cenário do estado do Espírito Santo, o atendimento de saúde especializado para mulheres e homens transexuais e travestis foi inaugurado em 2018, no Hospital das Clínicas – da Ufes, o Ambulatório Diversidade de Gênero. De acordo com o Hucam (2020), no que diz respeito ao atendimento para esse grupo historicamente discriminado, as primeiras cirurgias foram realizadas no Hospital das Clínicas em 1998, sem equipe mínima multidisciplinar, e em 2004 começou o primeiro movimento em conjunto para atenderas pessoas transexuais e travestis. No que se refere ao Ambulatório Diversidade de Gênero, os atendimentos começaram em 2016, sendo oficialmente credenciado em 2018.

Os atendimentos ocorrem por encaminhamento das Unidades Básicas de Saúde ou demanda espontânea. Após o primeiro contato, os pacientes são encaminhados para a primeira reunião já com encaminhamentos para realização de exames e consultas com assistente social e psicólogo. Porém, caso seja necessário, o paciente também pode ser encaminhado ao psiquiatra. Após passarem por esses dois profissionais, havendo consenso, ele é encaminhado ao endocrinologista e, posteriormente, para os demais profissionais, urologista e ginecologista.

No que se refere à definição da pessoa transexual, a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.955/10, no artº 3º, preconiza:

Art. 3º - Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados: 1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais (BRASIL, 2010, p. 4).

A transexualidade, na visão médica, está ligada a distúrbios psicológicos, isentando outros aspectos da pessoa trans. Para dialogar sobre isso, Bento (2017) afirma que:

Embora as reflexões apresentadas objetivem desconstruir o transexual inventado pelo saber médico, acredito que não teria sido possível desenvolvê-las caso o trabalho de campo se limitasse ao espaço hospitalar.

Foi necessário sair desse espaço, encontrar esses sujeitos em outros campos sociais, para que se concluísse que o transexual que aparece nos documentos oficiais como um “transtornado” é uma ficção e desconstruí-la significa dar voz aos sujeitos que vivem essa experiência e que, em última instância, foram os grandes silenciados (BENTO, 2017, p. 22).

No que se refere à cirurgia de redesignação sexual, o paciente deve se enquadrar em critérios, conforme recomenda a Resolução CFM nº 1.955/10, no artº 4º:

Art. 4º Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto: 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo; 2) Maior de 21 (vinte e um) anos; 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (BRASIL, 2010, p. 4).

Segundo Bento (2017), o Sistema Único de Saúde brasileiro tem um programa, processo transexualizador, para readequação genital, que deve ser seguido para que possa ser realizado pelo SUS. Por isso, a necessidade de passar por uma equipe especializada.

Os critérios para esse procedimento são: ser maior de dezoito anos, para iniciar a terapia hormonal, maior de vinte e um anos, para realizar a cirurgia, preciso fazer avaliações com médicos, psicológicos e psiquiatra, no período de dois anos, até ser considerado apto para fazer a cirurgia. De acordo com Bento (2017), esse é um ponto a ser questionado, frisando que essa é a visão dos médicos referente à pessoa transexual, sem levar em consideração a visão da pessoa transexual.

Ainda sobre o processo transexualizador, os pacientes após o processo cirúrgico ainda demandam de atendimentos da equipe multidisciplinar. Ser transexual é viver continuamente em ambulatório, é como se fosse portador de uma patologia, sempre necessitando de atendimento endocrinológico, psicológico, psiquiátrico, há uma luta constante para harmonizar corpo e mente.

Nesse contexto tão relevante e complexo, é extremamente importante destacar o trabalho realizado pelas equipes multidisciplinares direcionadas ao atendimento às pessoas trans.

2.1 A ESCOLA E A TRANSFOBIA

Este capítulo aborda questões relacionadas a transfobia no ambiente escolar, como ela ocorre, como ela é visibilizada, bem como possíveis estratégias de enfrentamento.

Segundo Bento (2011), as orientações sexuais são silenciadas de quem não faz parte da heterossexualidade, cujas identidades não são binárias, ou seja, homem/mulher. Nesse contexto, emerge a invisibilidade da população transexual. Ainda sobre as identidades, a autora afirma que ao nascermos devido às normas, somos educados dentro do padrão: a família, a sociedade em si e a escola. A família faz todo o planejamento conforme o sexo do nascimento, e a escola acaba sendo um lugar de manutenção e conservação de condutas e padrões estabelecidos (BENTO, 2011).

Sobre isso, para Foucault (1984), a sexualidade é uma experiência entendida pela correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade, na qual os indivíduos são levados a se reconhecer como sujeitos de uma sexualidade que se abre para campos de conhecimentos bastante diversos e se articula em um sistema de regras e coerções.

O conceito de sexualidade utilizado por Foucault pode dialogar com outra autora, Judith Butler. Ela aponta que na produção do discurso sobre sexualidade e gênero, o que se presume são as relações de inteligibilidade da identidade e a coerência do gênero, supondo uma continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Dessa forma, fala-se não somente em um discurso heteronormativo, como também em um discurso cisnormativo, que dispõe tais relações de forma binária (homem/mulher, pênis/vagina, heterossexual/não heterossexual), constituindo normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas (BUTLER, 2003, p. 43).

Foucault (1984) rejeita a ideia de que a sexualidade é reprimida pelo sistema e suas representações institucionais; a verdade do desejo e do gênero não é reprimida, mas sim moldada por meio de um sistema de poderes. A análise histórica evidencia que sexualidades são validadas por diversas instituições, estas que, para fazer o controle de como os sujeitos irão experimentar a sexualidade, utilizam diversos mecanismos de regras e coerções. Observa-se que determinadas instituições, sejam judiciais, médicas, religiosas ou, até mesmo, pedagógicas, têm

grande influência no campo moral, exercendo papel importante na regulação da expressão de gênero.

Diante do exposto e no que diz respeito à instituição escola, ela comporta sujeitos de diversos contextos sociais, culturais e econômicos que estão inseridos no mesmo espaço, sendo evidentemente marcada pela diversidade. Tal fato remete a alguns questionamentos: Como a instituição escolar acolhe as diferenças? Ou como a escola invisibiliza tais diferenças? Referimo-nos ao acolhimento das diferenças no ambiente escolar, especificadamente em relação aos alunos LGBT, que pertencem a um grupo historicamente marginalizado e sofrem discriminação nas diversas instituições sociais.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) denuncia a internalização, que opera a serviço do regime disciplinar da sujeição e da subjetivação de criminosos. No contexto desses prisioneiros, a estratégia não foi impor a repressão de seus desejos, mas obrigar seus corpos a significarem a lei como sua própria essência, estilo e necessidade. A lei é, assim, incorporada, produzindo corpos que a expressam no corpo e por meio dele, e se manifestam como essência do eu deles, significado de suas almas, sua consciência e a lei de seu desejo.

No que se refere à punição em um contexto heteronormativo, a vivência na escola me levou a, aprender a me defender desde cedo, pois era sempre excluída pelos meninos, preferia estar com as meninas, grupo com o qual me identifiquei desde pequena. Ainda na infância, por mais que fosse excluída, até gostava, pois era motivo para brincar com as meninas. Muito criativa, fazia várias roupinhas de boneca, trocava as roupinhas para poder pegar as bonecas emprestadas e fazer parte do grupo.

Diante dos processos de exclusão, a escola deveria fazer o caminho inverso: adaptar-se às múltiplas subjetividades dos alunos para, assim, acolher as diferenças:

Naturalizando os acontecimentos e os sujeitos-objetos-já-dados, desconsideramos seu caráter histórico, estagnando-se e normalizando, assim, o processo de produção de relações. Esse processo de normalização aprisiona a diferença num sistema negativo. Comparativamente, o diferente não é normal, por não ser aproximado do "ideal". Entretanto, são os próprios "normais" que criam desvio. E nos espaços onde se tenta domesticar o anormal, enquadrando em normas, a má cópia é recriada com mais força. Cristaliza assim, o diferente, ao separá-lo dos demais. Nos espaços de segregação, onde se tenta domesticar o anormal, a diferença tem de ser anulada; intensifica-se, então, a defesa; é a vida querendo ser presente. E enquadra-se porque domina uma maneira de

ver o mundo onde diferenças têm de ser anuladas (MACHADO *apud* MACHADO; ALMEIDA; SARAIVA, 2009, p. 26, grifos do autor).

De acordo com Bento (2014), a legislação brasileira é falha no sentido de assegurar que pessoas transgêneras tenham sua identidade reconhecida nas instituições. Contudo, tal reconhecimento somente ocorre mediante o laudo psiquiátrico, que atesta que o indivíduo se identifica com outro gênero, o qual não é o seu biológico.

Considera-se, nesse sentido, que a escola trabalha de modo institucionalizado, visando cumprir as regras de normalização, isolando, anulando e desconsiderando os fatores sociais e culturais que envolvem o aluno. Esse modelo isola o aluno considerado diferente, torna a sala de aula um lugar não prazeroso, evocando ainda mais o desinteresse, a desmotivação, a sensação de não pertencimento, o que pode acarretar a evasão escolar. Em outras palavras, ao estabelecer um “modelo ideal”, “normal”, a instituição escolar contribui para os processos excludentes, ou seja, o aluno que não se enquadra no ideal da heteronormatividade acaba sofrendo discriminação e sendo excluído dos saberes e fazeres escolares.

A escola deve entender que seus espaços, tempos e sujeitos são heterogêneos e que suas práticas devem acolher as múltiplas subjetividades. Afinal, “ensinar é abrir-se ao estranhamento”, segundo Passos *apud* Heckert (2007). Dessa maneira, a escola deve atuar como agente de transformações sociais, desenvolvendo estratégias que visam à problematização de assuntos tabus na sociedade.

Ressalta-se que essas práticas e saberes excludentes instituídos nas escolas são resultantes de aspectos históricos, culturais e sociais que produzem a docilização dos alunos porque eles devem seguir tais formas já preestabelecidas historicamente, diminuindo, assim, o papel deles, e tornando-os apenas reprodutores de um saber didático (DESSEN, 2007). Dessa forma, quando a escola age de acordo com esses modelos, ela impossibilita que o aluno amplie sua visão, impedindo que ele questione e problematize o que a escola tem lhe oferecido como aprendizado, saberes e valores. Assim, não se produzem caminhos novos que possibilitem mudar paradigmas, nem o “pensar e fazer de modo diferente”. O que acontece realmente, em muitos casos, é que o aluno sente-se constrangido ao expor suas ideias, seus sentimentos, seus desejos, pois está sujeito a sofrer

consequências punitivas, tais como a discriminação por meio de agressões físicas ou verbais.

No que tange às agressões, sofri por anos, fui violentada de diversas formas, física e psicologicamente, até que coloquei um ponto final, porém, de agredida virei agressora, virei produto do meio. Comecei, então, a agredir, provoquei medo nas pessoas, minha fragilidade foi camuflada em roupas, unhas e maquiagens pretas, pois é assim que as transtravestis sobrevivem nas escolas que as excluem.

Diante dessa realidade, é imprescindível, portanto, tornar-se instituinte³, enraizar essa ideia na escola, não desvalorizando nem o papel do professor e nem do aluno, mas respeitando as diferenças, independentemente se ela for oposta ou não ao modelo instituído na escola. Ao mesmo tempo, quebra-se o paradigma de que o professor é um mero transmissor de conteúdos, essa mudança vai conduzi-lo também a ser um problematizador das demandas produzidas pela e a instituição escolar diante de seu contexto de multiplicidade.

Assim, para haver uma mudança no modelo instituído⁴, os assuntos não ditos devem revelados, além de incluir os grupos historicamente excluídos na sociedade de forma ética e com respeito às diferenças, possibilitando a inclusão social não apenas de sujeitos com necessidades especiais, mas também daqueles que não seguem o modelo instituído pela heteronormatividade. Conforme Machado (2009), a inclusão social representa um movimento de “des-adjetivar” o substantivo diferença. Ser diferente não significa ser, *a priori*, melhor nem pior. A diferença não é boa ou ruim. Ela é. O valor a ela atribuído envolve uma leitura social, histórica e política, e uma das maneiras de “des-adjetivar” esse substantivo é investigar a construção social da diferença e da deficiência, que ocorre por meio da perpetuação de preconceitos. A ideia de inclusão implica, portanto, em mudanças na instituição escolar, apontando para a necessidade de o sujeito repensar as ações institucionais a serem desenvolvidas nessa direção.

Com certeza, à escola abranger todo e qualquer assunto acerca de paradigmas sobre a diversidade, oportunizando debates que retratem o núcleo da

3 O instituinte e o conservador do instituído; contra as forças instituintes e sua rebeldia, a institucionalização busca formas mais estáveis, rígidas e duradouras; e contra o instituído e sua imutabilidade busca mudanças inovadoras nas formas até então utilizadas (ROMAGNOLI, 2014, p. 47).

4 O instituído é o que se impõe como uma verdade não produzida. Corresponde à ideia de universalidade e é, como tal, aparentemente abstraída de concretude material (LOURAU, 1993, p. 90).

discussão acerca do assunto em evidência. Sem essas problematizações nos espaços escolares, alunos que sofrem discriminação serão levados a um processo de exclusão escolar e social que atravessa as rotinas escolares devido às questões de gênero que se manifestam em seu interior.

Entre minhas inúmeras experiências, também enfrentei, dentro da escola, vários episódios de violência, mas a culpa recaía sobre mim porque, eu era a diferente, não tinha voz. A escola, diante disso, não se manifestava, considerava esses episódios como brincadeiras, brincadeiras que ferem o corpo e a alma.

Entretanto, a escola deve ser um local que contribua para a construção de sujeitos que respeitam as diversidades, a liberdade de expressão e a liberdade de ser e estar no mundo. Desse modo, a homofobia em sentido amplo, corresponde à discriminação contra a diversidade sexual de gays, mulheres lésbicas, mulheres e homens bissexuais, travestis e transexuais.

Assim como os homossexuais, homens ou mulheres foram objetos de homofobia, os(as) transexuais, transgêneros, travestis, dragqueens ou drag kings são alvos de tratamentos discriminatórios. Essas populações não se definem, a priori, em função de uma sexualidade específica, não se trata aqui de propriamente falar da adoção de uma forma de sexualidade humilhada pelo modelo heterossexual que constituem o disparador de reações de rejeição ou de exclusão. Entretanto, a relação entre sexo, gênero e aparência sobre a qual essas identidades se constroem, contribuem para estremecer as referências de ordem heterocentrista, a transfobia exprime a hostilidade, a aversão sistemática, mais ou menos consciente, em respeito a esses indivíduos os quais a identidade confunde os parâmetros dos papéis sócio-sexuais e transgride as fronteiras entre os sexos e entre os gêneros (PERES; TOLEDO, 2011, p. 272).

De acordo com Peres e Toledo (2011), a homofobia e seus subtipos, transfobias, travestifobias, lesbofobias, gayfobias, bifobias não se configuram em uma fobia psicológica individual de cada pessoa, mas em uma fobia social encarnada nos indivíduos e que participa da construção de seus processos de subjetivação normalizadora.

Segundo Pereira e Bahia (2011), a escola, quando tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, possibilitará ao ser humano um melhor relacionamento com ele próprio e com os outros. Segundo os referidos autores, para se viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas nas diferentes instituições sociais.

No contexto brasileiro, Borges e Meyer (2008) dizem ser imprescindível refletir sobre as condições da escola e de sua relação com as políticas sociais que

pretendem promover ações educativas para incluir a diversidade. Nesse sentido, é importante potencializar no âmbito escolar práticas direcionadas a promover valores de respeito, cidadania, tolerância, por meio do qual a discriminação seja trabalhada não somente por orientação sexual.

Com base no exposto, abordaremos um projeto que objetivou trazer as questões de gênero para serem trabalhadas em sala de aula. O projeto "Escola sem Homofobia" surgiu como método de ensino para questionar o que está instituído. Contudo, causou estranhamento e inaceitação do material, tanto da parte dos professores quanto de outros segmentos da sociedade, apesar de já estar previsto no currículo escolar a educação sexual como tema transversal, porém tal estudo se restringe ao conhecimento do corpo humano, às doenças sexualmente transmissíveis e aos métodos contraceptivos. O referido projeto, que surgiu dando continuidade às políticas públicas contra homofobia iniciadas no governo Lula (2008), foi lançado pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos e se originou de um longo processo de diálogos com o movimento LGBTQIA+ e o governo federal. Segundo Grespan e Goellner (2011), o material do projeto surgiu dos debates de construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIA+, que ocorreram em Brasília, entre 5 e 8 de junho de 2008, cujo objetivo foi propor:

[...] diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas para esse segmento, mobilizando o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada na consolidação de um pacto democrático [...] tendo como base as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2009, p. 9, *apud* GRESPLAN; GOELLNER, 2011, p. 105).

Devido às críticas, principalmente da mídia e de segmentos religiosos, o material não foi enviado às escolas. Foram utilizados discursos preconceituosos para justificar a não incorporação do projeto nas instituições escolares, tais como: o material "promoveria" o sexo precoce ou não heterossexual e subverteria a moral cristã ao "incentivar" a relação sexual e comportamentos afetivos entre pares do mesmo sexo.

Considerando o cenário exposto, observa-se que a sexualidade perpassa por diversos discursos, tais como o religioso, o científico, o médico e o político, os quais delimitam, mas também excitam.

Com relação às sexualidades, a cultura ocidental tem privilegiado seu entendimento a partir da lógica binária (homossexual/heterossexual) formando um sistema classificatório e de hierarquização social que funciona como um modo de marcação da diferença. Este sistema é intrínseco as relações de poder e faz com que o diferente tenha uma qualificação negativa reafirmando, portanto, a matriz heteronormativa (GRESBAN; GOELLNER, 2011 p. 104).

Assim, vivemos em um contexto construído historicamente para a heterossexualidade/heteronormatividade e que considera a homossexualidade como patologia que desvia padrões ditos normais. Diante dessa realidade, fica evidente a necessidade de políticas públicas direcionadas à inclusão e à inserção dos alunos do grupo LGBT no âmbito escolar.

Isso porque, 90% das transexuais estão na prostituição, 0,02% entram na universidade, 72% não têm o Ensino Médio, 56% não completa o Ensino Fundamental e 14% das empresas têm alguma categoria de programa de contratação para pessoas transexuais.

Diante disso, pode-se afirmar que a escola é um espaço para repensar suas práxis e romper o modelo heteronormativo, acolher as diferenças, nesse caso, as mulheres trans e travestis que não se enquadram no modelo e se sentem não pertencentes àquele espaço, excluídas, provocando a evasão escolar. No que se refere à heteronormatividade, para Bento (2011), vai permanecer dia a dia, criar mecanismos para adequação do controle da normalidade.

Posso dizer que sou uma sobrevivente da catástrofe chamada transfobia, pois mesmo diante de tantos empecilhos terminei o Ensino Médio. Posso afirmar, que a educação transforma, conduz a novas possibilidades, sem levar a destinos predeterminados. Para muitos, a prostituição seria minha única possibilidade, inclusive, segundo alguns parentes, seria meu destino. Entretanto, hoje, sou funcionária pública, graduada, pós-graduada, mestra retratando neste estudo um escopo dos caminhos traçados em minha vida.

2.2 A INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS TRANSTRAVESTIS

Ao pesquisar sobre polícia pública para pessoas trans e travestis é possível observar a dimensão do quanto essas pessoas são invisíveis, embora estampem notícias na TV e redes sociais em casos de discurso de ódio, agressões e morte. Além disso, estando inserida no mercado de trabalho, raramente há uma pessoa

transexual ou travesti trabalhando comigo, ou mesmo dentro das salas de aula para frequentar o ambiente acadêmico.

De acordo com ANTRA (2021), os casos de violência:

[...] cometidas contra as travestis e transexuais estão bem diante de nós rondando nosso cotidiano, mas prefere-se não vê-las. Por isso essas pessoas lutam pelo fim dessa invisibilidade diante da sociedade e do poder público. A falta de legislações, que poderiam vir a reduzir o alto índice de homicídios, de suicídios ou de violações de direitos humanos de travestis e transexuais no país, elas ainda mais vulneráveis. Reforçam essa violência naturalizada (ANTRA. 2021, s/p.).

Não se pretende cair no vitimismo, nós, travestis e transexuais, somos capazes de mudar essa realidade. Contudo, para concretizar isso, é preciso que a classe política, as autoridades e a sociedade civil reconheçam a necessidade de elaborar políticas específicas para esse grupo além de efetivar as políticas e legislações já existentes.

No que refere às políticas públicas para permanência das alunas transtravestis, têm-se garantido por lei a MEC/SECAD; a Portaria nº233/2010 – MPOG; a Decisão do STF ADI4275 – 1/600 de 2009. E pelas leis estaduais: a Resolução nº 2.735/2011 – Conselho Estadual de Educação do Estado; e a Resolução nº 1/2011, que autoriza o uso nome social. No âmbito da saúde, existe a Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles o direito ao uso do nome social. O Ministério da Saúde, por meio da Nota Técnica nº 18/2014, prevê o uso do nome social no cartão SUS como direito de qualquer pessoa que se identifique como transexual e travesti.

2.3 NOME SOCIAL E RETIFICAÇÃO DE NOME

Para a ANTRA (2019), o nome é algo importantíssimo para construir a identidade do ser humano. O que nos identifica e nos diferencia das outras pessoas. Palavra que, em alguns casos, foi dada no nascimento (com base nas características sexuais do bebê, com o sexo atribuído, normalmente, pelo médico).

No caso do nome social, o nome é escolhido pelo cisgênero, para que a sociedade o reconheça por quem ele verdadeiramente é, conforme a ANTRA (2019):

O que muitas pessoas chamam de nome social é o nome escolhido pela pessoa não cisgênera para que seja reconhecida socialmente por este. Quando a pessoa opta por ser conhecida pelo nome social é este que deve ser utilizado e não o que consta em seus documentos (caso não tenha feito a retificação). O procedimento de retificação de nome é justamente para permitir que o nome social passe a ser o que consta nos documentos da pessoa e não mais aquele atribuído, normalmente, no momento do nascimento (ANTRA, 2019, p. 7).

No que tange ao estado do Espírito Santo, a regulação que permite a inclusão do nome social em documentos escolares, este fica entre parênteses, é regulada por dispositivos federais, estaduais e municipais, como o Parecer nº 141/2009 – MEC/SECAD; a Portaria nº233/2010 – MPOG; a Decisão do STF ADI4275 – 1/600 de 2009. E pelas leis estaduais: Resolução nº 2.735/2011 – Conselho Estadual de Educação do Estado; Resolução nº 1/2011 – Conselho Municipal de Educação de Cariacica - e Lei nº 8.585/2013 – do município de Vitória.

Contudo, apesar da legislação vigente, é muito comum a evasão escolar entre alunos travestis e transexuais em razão do comportamento social de alguns profissionais de educação. por isso, a campanha de adoção do nome social é uma forma de combate à homofobia e respeito à diversidade.

Em Vitória, a lei foi sancionada em dezembro de 2013 e estabelece que os alunos travestis e transexuais maiores de 18 anos devem solicitar, no ato da matrícula ou ao longo do ano letivo, a inclusão do nome social nos documentos escolares internos.

A anotação do nome social do aluno deve ser registrada nos documentos escolares internos, por escrito, entre parênteses, antes do nome civil. Além disso, o nome civil deve acompanhar o nome social em todos os registros e documentos escolares internos. Professores e demais profissionais da educação deverão estar atentos para evitar toda e qualquer forma de discriminação e preconceito que traga constrangimento ao aluno.

Com relação ao uso do nome social no âmbito da saúde Brasil (2009), existe a Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles o direito ao uso do nome social.

De acordo com a Portaria nº 233/2010 – MPOG, o uso do nome social surge como ferramenta para promover acesso das pessoas transexuais e travestis aos serviços de saúde, favorecendo o acolhimento por parte dos profissionais e o estabelecimento do vínculo profissional-paciente, ato importantíssimo no que se refere à permanência do usuário no serviço e à aderência aos cuidados em saúde.

Dessa forma, favorecer o uso do nome social pelos usuários oportuniza desenvolver o acolhimento e o respeito a sua representação social.

Ao se sentir reconhecido, compreendido em sua identidade de gênero e, principalmente, ser respeitado, a pessoa sente-se confortável para acessar os serviços e usufruir de seus direitos em saúde.

De acordo com ANTRA (2021), no projeto, Eu Existo, em com o Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos, eles criaram um guia que, de forma sintetizada, explica como proceder para retificação de nome, e as leis que regem o assunto.

No que refere à orientação do Superior Tribunal De Justiça (STF) acerca disso, segundo a Antra (2021):

[...] o STF na ADI 4275 sobre o direito à alteração de nome, gênero ou ambos foi fruto de anos de luta do movimento travesti e transexual. Apesar de ser uma grande conquista, a decisão do Supremo por si só não enfrenta o problema. Por isso, o Conselho Nacional de Justiça editou o provimento n.º 73, de 2018 que estabelece como deve ser feita a alteração ANTRA, 2021, s/p.).

Assim, é preciso apresentar informações básicas para o processo de alteração do registro civil e garantir o direito estabelecido pelo STF.

Ainda sobre o ato de prover o direito de retificar o nome, de acordo com a ANTRA (2021), o CNJ ainda não é o melhor para garantir os direitos de alteração do registro civil e alguns cartórios também podem criar resistências para cumpri-lo. Por isso, é fundamental que a falta de informação por parte dos cartórios ou negativa de cumprimento da decisão sejam denunciadas nos órgãos competentes e nas organizações que auxiliam esse grupo.

Convém ressaltar que a alteração do registro civil é um passo enorme para o exercício da cidadania de travestis e transexuais, visto que enfrentam muitas dificuldades para se afirmarem conforme sua orientação de gênero.

Também no que se refere a isso, segundo a ANTRA (2021), o STF recomenda:

O Supremo Tribunal Federal decidiu no dia 1º de março 2018, que é possível a alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico. A decisão foi feita na ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275 ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (a lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a

alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original (ANTRA, 2021, n.p.).

Desse modo, conforme a ANTRA (2021), o STF decidiu que não mais é preciso qualquer autorização judicial para fazer a alteração do registro civil nem comprovar a realização de procedimentos cirúrgicos ou acompanhamento médico ou psicológico, sendo necessário apenas o procedimento no cartório de registro civil.

No que tange à transparência, para a ANTRA (2021), o CNJ é o órgão que garante a transparência e o controle administrativo do Poder Judiciário e tem, entre suas atribuições, regulamentar as atividades dos cartórios. Assim, o CNJ editou o Provimento nº 73, de 2018, para orientar os tribunais de justiça e os cartórios de registro civil sobre como proceder para alterar o nome e o gênero das pessoas trans.

Assim, após as decisões proferidas pelo poder judiciário, qualquer pessoa travesti ou transexual acima de 18 anos pode solicitar a alteração, em qualquer cartório de registro civil do território nacional, sem a presença de advogado ou defensor público. Já para os menores de 18 anos, a mudança será possível somente via judicial.

No processo de mudança de nome ficou autorizado mudar o nome, os agnomes indicativos de gênero (ex: filho, júnior, neto), o gênero em certidões de nascimento, o gênero em certidões de casamento, desde que com autorização do cônjuge.

Desse modo, quem desejar alterar o nome e gênero no seu registro civil de nascimento pode procurar diretamente, sem a presença de advogado ou defensor público, qualquer cartório de registro civil de pessoas naturais para fazer a alteração.

Sobre os valores cobrados pelos cartórios, a ANTRA (2021) orienta:

Os cartórios cobram valores diferentes para fazer a alteração do registro civil e a emissão dos documentos necessários, valores determinados por cada tribunal de justiça. Por isso, a/o requerente deve consultar o cartório de sua cidade ou a página eletrônica dos tribunais de Justiça (ANTRA, 2021, n.p.).

A transexual e travesti que não tem condição financeira para pagar as taxas dos cartórios, poderá solicitar a gratuidade, bastando fazer uma declaração nesse sentido no próprio cartório. Não é necessária a assessoria da defensoria pública, apenas fazer pedido de gratuidade (ANEXO B).

A alteração de registro civil será feita com base na autonomia da pessoa que deseja fazer o procedimento. O pedido pode ser realizado em qualquer cartório de

registro civil de nascimento em todo território nacional, que deverá encaminhar o procedimento ao cartório que registrou o nascimento. Também, pode ir diretamente ao cartório de registro do nascimento, conforme modelo de pedido (vide ANEXO C).

De acordo com a ANTRA (2021) com base no Provimento nº 73, de 2018, a /o requerente deve apresentar os seguintes documentos: certidão de nascimento atualizada; certidão de casamento atualizada, se for o caso; cópia do registro geral de identidade (RG); cópia da identificação civil nacional (ICN), se for o caso; cópia do passaporte brasileiro, se for o caso; cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda; cópia do título de eleitor; cópia de carteira de identidade social, se for o caso; comprovante de endereço; certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça Militar, se for o caso.

No que se refere à apresentação de laudos, a ANTRA (2021) informa que apesar de o CNJ colocar como facultativa a apresentação de laudos médicos e do parecer psicológico, o pedido de alteração do nome e gênero não depende de realização de qualquer procedimento cirúrgico, tampouco prévia autorização judicial. A apresentação desses documentos fica a critério da/o requerente, o cartório não poderá exigir qualquer outro documento além daqueles indicados pelo CNJ no Provimento nº 73, de 2018.

Além disso, os cartórios não podem se recusar a fazer a alteração do registro civil de nascimento e não podem alegar desconhecimento da decisão do STF e provimento do CNJ. Caso algumas dessas situações aconteçam, deve-se comunicar e fazer uma denúncia órgãos responsáveis por fiscalizar os cartórios, como as corregedorias dos tribunais de justiça, a Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Justiça.

2.4 IDENTIDADES DE GÊNERO

No que tange o conceito em questão, que consiste no modo de como indivíduo se identifica com seu gênero, ocorreu em grande parte por meio do estímulo dos movimentos sociais feministas da década de 1970. Sobre isso, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010) afirma, que no período em que se questionava a dominação masculina sobre as mulheres, criou-se um cenário para pensar questões de gênero.

Gênero por muito tempo foi utilizado pela biologia e pelas ciências sociais para definir macho e fêmea. Na atualidade, segundo Polak (2016), gênero nas ciências sociais considera aspectos subjetivos, psicológicos, culturais e sociais, sem considerar aspectos biológicos para definir a identidade do indivíduo.

De acordo com Jesus (2012), a sociedade é marcada pela construção dos padrões cis, assim, tudo que é feito ao contrário, é anormal. No que se refere à questão de gênero, Scott (1995) afirma que a sociedade classifica os fenômenos em categorias, de maneira a agrupar objetos ou seres com características semelhantes em um mesmo grupo, diferenciando-os de outros com características diferentes.

Simplificando o conceito de identidade de gênero, segundo Jesus (2012), consiste em como o indivíduo se identifica com o seu gênero. Nessa perspectiva, é como a pessoa se reconhece homem, mulher; o que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, e a forma como deseja ser reconhecida pelas outras pessoas. Desse modo, pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Com relação às pessoas travestis e transexuais, a ABGLT (2010) afirma que, são pessoas que não se identificam com suas características biológicas. Contudo, para a sociedade heteronormativa, as pessoas que se sentem assim ultrapassam os limites do chamado normal. Sobre a identidade de gênero, segundo Jesus (2012), é uma questão de construção, em que uma pessoa desenvolve sua identidade de acordo com sua vivência e suas experiências. Assim pensando, cada pessoa tem uma história muito particular, única, portanto, a constituição de sua identidade não necessariamente acontece como a de outra pessoa, mesmo em situação semelhante.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada na presente pesquisa tem viés de autonarrativa ou autobiográfica, particularmente, por entender que a narrativa autobiográfica do pesquisador é um meio importante para obter e discutir dados no campo das ciências humanas. Neste estudo, a proposta foi mostrar histórias trans e travestis, visando revelar os saberes constituintes desse grupo e suas transformações pessoais e sociais, resgatando minha história de vida como mulher transexual, ao mesmo tempo, valorizando outras histórias que atravessam e implicam com as minhas.

Histórias podem ser semelhantes, diferentes, convergentes ou contraditórias, dependendo das possibilidades e das escolhas de cada indivíduo, das condições individuais e coletivas, das vivências sociais, familiares e consigo mesmo.

A pesquisa autobiográfica possibilita ao autor se autocolocar e, assim, se agregar com sua área de conhecimento. O pesquisador, desse modo, não expressa na terceira pessoa, mas consegue assumir uma autonomia na própria escrita, não fica escondido, mostra-se. Convém frisar, que, normalmente, nós, pesquisadores nos escondemos atrás dos dados e das escritas. Entretanto, ao “[...] narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se” (PASSEGGI, 2011, p. 147).

Para Fonte (2006), o estudo da narrativa reestrutura-se em uma perspectiva de interação do sujeito com o ambiente, sendo esta, autor referenciada e, ao mesmo tempo, interpretada, tendo em vista os quadros operatórios do próprio indivíduo, o qual não se constitui como receptáculo de informações ou processador dessas, mas é ativo no processo de produção de tais informações. Existe uma gama de possibilidades de leitura de si e do mundo, leituras expressas em diálogos e em ações no meio em que vive e junto daqueles que interferem nas suas vivências.

As narrativas são, no dizer de Phoenix (2013), são construídas no contexto interpessoal e expressam pensamentos imaginativos, metafóricos e, por vezes, caóticos por estarem em incessante movimento, em uma complexa rede tecida no próprio indivíduo. A narrativa como uma “[...] forma artesanal de comunicação” foi proposta por Benjamin (1994, p. 205), visto que ao narrar sobre si no dia de hoje, o narrador pode fazer de forma diferente do que fez ontem, pois, hoje, o narrador não

é mais o mesmo de ontem. Dessa forma, a narrativa não é um relatório fiel e imutável de si mesmo, uma vez que o eu que existe em mim é resultante de vários “eus” que pulsam e oscilam dentro de mim. Não nascemos assim, nos constituímos assim (CAMASNIE, 2007).

No momento em que mostro o outro, nos mostramos também, cada uma das nossas escolhas mostra nossa trajetória de vida. Posso afirmar, então, que em minha vida acadêmica sempre estive inserida na pesquisa autobiográfica, pois sempre escolhi pesquisas direcionadas a questões de gênero e sexualidade, agregando, assim, conhecimento e produzindo materiais acadêmicos sobre o tema.

A autobiografia permite alcançar uma autonomia na escrita; quando mostro o outro, me mostro também. Logo, ao pensar na perspectiva desta pesquisa e me mostrar e aos outros experienciando as narrativas travestis e trans, eu também faço parte do outro, e o outro faz parte de nós.

Em relação à autobiografia, para Caetano (2016):

[...] a trajetória de vida vai para além do sujeito central que conduz a narrativa (auto)biográfica. Ao focar o sujeito que é narrado, dimensiona-se tal sujeito em um contexto mais amplo. Se entendermos que a constituição de identidade é relacional, as biografias dos sujeitos poderão ser conectadas/comparadas com as narrações de outras histórias de vida, numa dinâmica que supõe ir além da sucessão cronológica individual ou da constituição de trajetória de vida (CAETANO, 2016, p. 33).

No que refere às colaboradoras desta pesquisa, serão entrevistadas três mulheres transexuais e uma travesti, todas naturais de Presidente Kennedy-ES, com idade entre 18 a 47 anos de idade. A travesti entrevistada foi a primeira a se assumir como transvesti no município de Presidente Kennedy, é funcionária pública, muito querida no município e, em contraponto, temos a travesti mais nova, com 18 anos, que atualmente trabalha como garota de programa, enfrenta alguns percalços por estar nessa profissão. Sobre as transexuais, duas das entrevistadas também fazem programa e saíram do município, apenas uma entrevistada tem ensino superior e trabalha na rede municipal de educação.

Quanto à cidade natal das pesquisadas, o município de Presidente Kennedy, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui cerca de 11.742 habitantes, em um território de 583,932 km². É a cidade com maior PIB *per capita* do país, por conta do repasse dos recursos dos *royalties*. Sua economia, no entanto, é majoritariamente ligada à agricultura, setor responsável por cerca de 70% da arrecadação da prefeitura.

Em virtude dos *royalties*, a Prefeitura de Presidente Kennedy possui mais de R\$ 1 bilhão em caixa e uma enorme capacidade de investimento. Por isso, a municipalidade busca ferramentas para criar alternativas econômicas, atraindo novas empresas, gerando mais emprego e renda.

A educação oferecida pela rede municipal de Presidente Kennedy é a terceira mais bem avaliada no estado do Espírito Santo, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Os dados divulgados recentemente pelo Ministério da Educação, referentes a 2015, apontam que os investimentos da Prefeitura na área têm alcançado os objetivos. O município investe também em cursos de qualificação profissional, capacitando cerca de 1,3 mil pessoas por ano.

Diante o exposto, mesmo com grande poder aquisitivo, não há programas direcionados para atender as pessoas trans e travestis, ficando à margem no que diz respeito às políticas públicas. Na área educacional, mesmo com grande investimento, o espaço escolar também não tem políticas para as pessoas trans/travesti, políticas que fariam a pessoa sentir-se pertencente ao espaço escolar. É preciso mudar esse cenário com urgência.

No que tange às entrevistas, foram/são realizadas individualmente em local predeterminado com cada sujeito da pesquisa.

Em relação à estruturação, o tema será apresentado e explicado, tendo o participante a liberdade de falar sobre o tema sugerido. Essa é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão.

Os participantes foram/são questionados e as respostas foram/são dadas dentro de uma conversa informal. No que se refere à nossa interferência como entrevistador, esta será a mínima possível, a postura assumida é a de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, a fala do informante foi/é interrompida. As entrevistas (vide APÊNDICE A) foram/são gravadas e, posteriormente, transcritas. Da transcrição foi/é feito um compêndio de histórias trans e travestis, compêndio este que consistirá na materialização do produto educacional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo destina-se a apresentar e discutir os dados obtidos junto às colaboradoras da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se o perfil das participantes Pitty, Rayane e Bianca, constituído pelos olhares das próprias participantes, bem como da pesquisadora, que os transcreveu com base nos diálogos estabelecidos com elas. Em seguida, busca discutir as políticas sociais de proteção às pessoas trans e o impacto delas na vida das nossas personagens. Na sequência, discutiremos a constituição das identidades das mulheres trans participantes da pesquisa e, posteriormente, o nome social e, sua importância no processo de valorização dessas mulheres. Para encerrá-lo, uma discussão sobre as amarras transtravestis: o (des)fazer de nós entre nós.

Entre as três colaboradoras, Pitty se identifica como mulher travesti kennedense, funcionária pública, primeira travesti de Presidente Kennedy, enxerga a si mesma como uma mulher com harmonia entre corpo e roupas, e se assumiu como mulher travesti em uma época em que pouco se falava de transvestibilidade.

Sobre o termo travesti, segundo a Antra (2021), é termo muito antigo na língua portuguesa, foi muito usada de forma pejorativa, anulando a identidade feminina da travesti. As vulnerabilidades acrescidas de exclusão e violência sempre foram consideradas de uma forma negativa, marginalizada.

Outra colaboradora, Rayane, é mulher transexual kennedense, pedagoga, funcionária pública, vê a si como uma mulher que vive a transexualidade em sua plenitude, é estudante de questões de gênero na escola e foi primeira kennedense a fazer cirurgia de redesignação sexual e retificação de nome.

Já Bianca, é uma mulher transexual kennedense, psicóloga, funcionária pública, acredita que as pessoas transtravestis podem estar onde elas quiserem e, que por meio da resistência e da militância serão consideradas e contempladas nas políticas de inserção nas escolas, no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

De acordo com Jesus (2012), o termo transexual é usado em referência àqueles que se identificam com um gênero diferente daquele com o qual nasceu, ou seja, com comportamentos e papéis diversos dos definidos para o gênero que lhes foi determinado ao nascer.

Diante do exposto e para conhecer o papel de cada uma das participantes, na visão delas, na entrevista elas responderam a algumas perguntas, conforme apresentado a seguir.

Quando questionada quem é você, como você se apresenta?

Sou uma travesti, tenho orgulho de quem sou, de humilhada passei a ser respeitada, minha alegria contagia as pessoas, faço as coisas com amor, o amor muda nossas vidas. Sou Pitty, fora do armário, sem pensar em opinião alheia.

Pitty, 2021⁵

Sou uma mulher em construção, sou a mulher brasileira, que luta por seus objetivos, estuda, trabalha, sou dona do meu próprio destino. Simplesmente, sou Rayane.

Rayane, 2021

Sou Bianca, mulher transexual, mulher em construção, que aprende a cada dia, que ama a vida.

Bianca, 2021

Por meio das narrativas dessas personagens, percebe-se a força das mulheres transtravestis kennedenses, que tem seu espaço, são respeitadas, conforme sua orientação de gênero, muito embora tenham enfrentado inúmeras dificuldades e superado obstáculos complicados.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TRANSTRAVESTIS

A aplicação de políticas públicas para garantir respeito e cidadania para transtravestis é de suma importância para estarmos e participarmos todos os espaços. Rayane e Bianca, por exemplo, tiveram suas vidas impactadas devido ao processo de retificação de nome, em um período que dependia de ação judicial, dependeram da defensoria pública, e aporte do serviço social da cidade de Presidente Kennedy. Já Pitty encontrou dificuldade por falta de informação para retificar o nome, desistiu de mudá-lo.

Pensei em trocar meu nome, mas achei difícil, muita burocracia, ai desisti, mas adoraria ser chamada de Pitty Alani, mas também teria o problema das pessoas se acostumarem.

Pitty, 2021

⁵ Sempre que houver uma citação com recuo 4cm, fonte 10, itálico, justificada a direita e espaçamento 1,5 trata da fala de uma das participantes da pesquisa. Pretendemos com isso, dar destaque às falas destas personagens que são fundamentais para essa pesquisa.

Quando retifiquei meu nome, fiquei tão feliz, finalmente Rayane em meus documentos, sem constrangimentos ao apresentar meus documentos, sou eu, Rayane.
Rayane, 2021

Considero o processo de retificação de nome como renascimento, assim como a cirurgia de readequação sexual, essas foram políticas públicas que impactaram minha vida.
Bianca, 2021

No que se refere à educação básica, nossas vidas foram marcadas pela exclusão na escola, mas sobrevivemos à transfobia, resistimos naquele espaço de sofrimento. No que se trata do ensino superior, a cidade de Presidente Kennedy tem um programa de bolsas que visa qualificar a população. Entre os inúmeros beneficiados, Rayane e Bianca são mestrandas desse programa de bolsas, estão se qualificando por meio de uma política educacional.

[...] não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir àqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão (BENTO, 2011, p. 555).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, ambas são funcionárias públicas, apreciam seus trabalhos, suas responsabilidades, ambas sempre trabalharam na cidade, mostrando uma realidade atípica do restante do Brasil.

Em relação às políticas em saúde, Rayane e Bianca fazem acompanhamento no SUS, fizeram cirurgia de readequação sexual, que trouxe conforto na disforia que tinham com a genitália, mostrando a importância de políticas públicas em saúde.

É fundamental conhecer a causa, lutar por ela. E, no contexto da pesquisa, embora as participantes tenham recebido muitas negativas, lutaram e lutam para mudar a realidade, são merecedoras do que lhes é de direito.

4.2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS IDENTIDADES

Assim que Pitty começou a se identificar como travesti, segundo ela, foi uma polêmica na cidade de Presidente Kennedy, todos passaram a ignorá-la. Contudo, após superar esse problema, começou a colocar roupa de mulher, despertando a atenção de todos e, com o decorrer do tempo, também se acostumaram com seus traços. Hoje, ela se autodenomina a Pitty da rodoviária, lugar em que, segundo ela, todos a adoram e admiram.

Transvesti-me em uma época que não existia travesti em Kennedy, tive que ser corajosa, não me arrependo, olho para traz e vejo como fui corajosa.

Pitty, 2021

Outras participantes da pesquisa, Rayane e Bianca, começaram a se identificar como do sexo oposto desde crianças, ambas no início da puberdade já se identificavam como mulheres, porém somente fizeram a transição sexual no início da maior idade. Elas não puderam viver a transexualidade devido ao, molde heteronormativo que permeava suas famílias.

Lembro-me que quando criança sonhava em passar embaixo de um arco-íris, tinha a ilusão que meu corpo iria se transformar em um corpo feminino, mesmo sem o arco-íris, transformei meu corpo, passei pela magia da transição de gênero.

Bianca, 2021

Em relação ao corpo, Pitty tem conforto de corpo e roupa, não toma hormônio, não sente necessidade, vestir-se com roupas femininas a completa. Pitty mostra harmonia entre roupa e corpo, além de mostrar força em ser travesti em uma cidade heteronormativa. Apesar desse contexto na cidade, ela respeita seu modo de se reconhecer, de se colocar na sociedade, “[...] o gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada” (BENTO, 2019 p. 86):

Não sinto a necessidade de mudar meu corpo, as roupas e o meu jeito feminino me completam, amo saias e vestidos longos.

Pitty, 2021

Ainda sobre os corpos transtravesti, para Bento (2019), a pessoa para ser aceita no gênero identificado, ou seja, nas performances de gênero, deve atualizar, se transvestir, se comportar, entrar em moldes femininos para ser aceita como membro do gênero escolhido.

Bento (2017) afirma que a condição humana que constitui a categoria de gênero já foi estabelecida pela norma. Assim, pessoa trans, ao se afastar da norma sofre a punição, para existir é preciso passar pelo processo de resistência, lutar para ser chamada pelo nome como qual se identifica, adequar o corpo, roupas, dar forma e concretude à própria orientação sexual.

No que se refere aos corpos transtravestis, Bento (2017) faz uma reflexão sobre a materialidade do corpo:

[...] o corpo deve ser analisado como um efeito de poder e o sexo não é 'aquilo que alguém tem' ou uma descrição estática. O sexo é um dos padrões pelos quais a pessoa se torna viável, é o que qualifica um corpo para a vida no domínio do humano (BENTO, 2017, p. 13).

Com relação ao corpo, Rayane foi primeira mulher transexual kennedense a fazer cirurgia de readequação sexual, procedimento feito pelo SUS. Esse pioneirismo possibilitou que Bianca também fizesse o procedimento cirúrgico, sendo que Pitty não sente necessidade de passar por procedimentos cirúrgicos:

Sinto harmonia em meu corpo, com minhas roupas, tenho meu jeito feminino, isso me faz me sentir mulher.
Pitty, 2021

De acordo com Bento (2017), o sistema único de saúde brasileiro tem um programa voltado ao processo transexualizador.. A autora ainda questiona sobre a definição de transexualidade, ao afirmar que “[...] enquanto um ‘transtorno’ ou uma ‘doença’ está fundamentada em uma determinada concepção de gênero, transfigurada em etiologias” (BENTO, 2017, p. 47). Diante disso, as pessoas transexuais são submetidas a várias reuniões e tratamento para se reafirmarem como corpos trans.

Ao prosseguir a entrevista, ao serem questionadas sobre quem são elas dentro do universo da transtravestibilidade, Pitty disse que se sente como uma mulher moderna, que trabalha, que tem seu lugar na sociedade, tem liberdade de ser ela.

Sou uma mulher que tem sua vida, tenho minha casa, sou moderna, uma mulher diferente das da minha época.
Pitty, 2021

Já Rayane expressou-se da seguinte forma:

Bom é uma pergunta bem complexa, se não fossem os estudos proporcionados pelo mestrado, não poderia dizer quem sou, sou como uma borboleta que entra no casulo e sai uma transformação. Rayane é uma mulher empoderada, guerreira, lutadora pelos seus sonhos, sei que sou privilegiada, em algumas coisas, pois sei bem pessoas como eu, mulher trans, para chegar onde cheguei, tive alguns caminhos que foram mais fáceis de trilhar e chegar, apesar de não ter vivido minha transvestibilidade na infância, e sim na adolescência, então, posso dizer que sou eu, sou Rayane.
Rayane, 2021

No que tange à exclusão social, Bianca seguiu a linha de pensamento de Rayane, as famílias são muito apegadas às construções sociais. Disse também que,

sua família não aceitou bem, não por ser uma mulher trans, mas sim pelo que as pessoas fariam. Tinham mais vergonha das pessoas do que dela mesma. Desse modo, para ela, a maioria das famílias têm mais medo do que as pessoas pensam do que da própria transexualidade:

Hoje, vejo que não só foi eu que sofri, minha família também sofreu com os olhares das pessoas, julgam a pessoa trans e sua família, mas isso passou, hoje vivo uma outra realidade. De oprimida a exemplo na família, tinha tudo para dar errado na vida, mas a vida me trouxe outros caminhos.
Bianca, 2021

No que se refere à família, Pitty disse que todos apoiaram quando se assumiu travesti, sempre a apoiaram, seus irmãos se identificam com quem ela é. Ao falar da família, esboçou emoção ao falar das suas conquistas, sua casa própria, que conquistou graças ao seu serviço. Ela é servidora pública concursada, servente, trabalha na rodoviária, lugar onde recebe a população de Presidente Kennedy, onde todos a adoram e admiram, elogiam muito seu serviço.

Contudo, ao longo da sua vida, Pitty sofreu situações de preconceito. Segundo ela, sempre há algumas pessoas que não a aceitam, mas ela levanta a cabeça, não "dá confiança", não se deixa abater, não deixa se atingir pelo preconceito.

Já foi muito hostilizada na vida, mas aprendi a conviver, a ser respeitada, hoje, a realidade é outra, se fala mais em ser travesti, hoje é outra era.
Pitty, 2021

Bento (2019) aponta que quando a pessoa transtravesti tem condutas que apontam sua orientação sexual divergente do seu corpo, denunciando condutas e subjetividades não apropriadas para um homem e uma mulher, foge de uma norma heteronormativa.

No que se refere ao convívio com o preconceito, Rayane relata ser muito difícil, conforme sua fala a seguir:

Falar para você que é fácil lidar com isso, não é, a gente tem que ficar resistindo para conseguir se manter de pé, eu posso dizer que consegui melhorar essas questões quando comecei a estudar a transexualidade, comecei a me identificar e não ter mais vergonha de mim, isso é suficiente para entender essas questões.
Rayane, 2021

Para Bianca, com o tempo ela passou a lidar melhor com essas questões, com o passar dos anos parou de buscar aprovação social.

Sobre isso, Bento (2019) diz que as subjetividades somente apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar. Nessa perspectiva, Rayane, ao mudar o olhar sobre si mesma, sobre como os moldes construídos socialmente prendem, se libertou, lidou melhor com suas questões.

Já no que se refere à percepção da transfobia na cidade de Presidente Kennedy, na percepção de Pitty, antigamente era bem preconceituosa, mas agora diminuiu-se tal tendência, mas frisou que tem muita gente com sua condição sexual escondida por medo de repressão.

Aqui em Kennedy era horrível antigamente, hoje não é assim, hoje as pessoas respeitam.
Pitty, 2021

E Rayane, sobre essa mesma questão, explica da seguinte maneira

Vou explicar para você, eu sofro transfobia, mais na minha condição é mais difícil de ocorrer por parecer uma mulher cis, sei que tem outras meninas que sofrem muito mais do que eu, sofro porque tem pessoas que ficam na dúvida, é homem, é mulher, é triste, é problemático essa questão da transfobia, pois deixa agente com autoestima lá embaixo. Nós, mulheres trans, não tomando como verdade absoluta, tirando pela minha vivência, temos a autoestima muito baixa, pois a vida inteira, desde criança, nos fala o que temos que fazer. Então devido a isso, somos mais sensíveis, às vezes, a pessoa nem está sendo transfóbica, nem está falando algo direcionado para gente, mas agente é tão armada referente a isso que qualquer palavra desaba a gente, faz com que a gente fique totalmente sensível.
Rayane, 2021

Para Bianca, a transfobia ocorre de forma velada, transcorre em surdina, com olhares e comentários feitos quando não se está no ambiente.

Ainda sinto o peso de ser trans, porém como sei me impor, as pessoas me respeitam, jamais alguém me trata de forma desrespeitosa, afinal, sou uma pessoa que trata todos com muita educação, porém sou firme em minhas falas e condutas (BIANCA, 2021).

Bento (2017) afirma as mulheres transexuais se sentem inseguras na socialização, elas se esforçam para serem reconhecidas como mulher, um processo de reconhecimento social. Ao contrário do que a sociedade pensa, as pessoas transtravestis têm o direito de viver seu verdadeiro gênero por meio das suas performances, ainda que limitadas pelo binário entre os gêneros.

Ao trazer a questão para o campo social, quanto à percepção da cidade de Presidente Kennedy, Rayane fez a seguinte observação:

Olha, no meu ponto de vista, deixando bem claro que é um ponto de vista meu, eu acho que a cidade de Presidente Kennedy, ela é bem tradicional, não é muito acolhedora referente a esses assuntos. Eles respeitam porque tem uma lei que nos resguarda, se não tivesse uma lei que nos resguardasse, a gente não estaria onde estamos, quero dizer para você que a cidade não é favorável para as pessoas LGBTQIA+, creio que não é.
Rayane, 2021

Pitty disse que se sente segura na cidade de Presidente Kennedy, vive sem medo de ser agredida, disse que todos a respeitam.

Eu ando sem medo em Kennedy, só tenho medo quando vou em outra cidade, amo Kennedy.
Pitty, 2021

Bianca também disse que se sente segura na cidade, vive sem medo, conquistou seu espaço, considera que a cidade se diferencia do contexto nacional, marcado pela violência:

Vivo com segurança em Kennedy, sem medo de sair nas ruas, sem medo da transfobia, sem medo de entrar na estatística de morrer por ser transexual.
Bianca, 2021

No que tange aos direitos transtravesti, na opinião de Pitty, possível ter acessá-los, mas nem todos os lugares aceitam. Segundo ela, há, muitos casos de transfobia em reportagens na TV, e em certos lugares têm muito preconceito. Com relação ao seu serviço, usa seu caso como exemplo:

[...] trabalho na prefeitura e todos sabem o que eu sou; muitos dizem, você tem que usar calça comprida, eu falo, eu não uso. Todos sabem que sou assim, gosto de usar minhas saias, sou respeitada como uma travesti.
Pitty, 2021

Além de todas essas questões, uma extremamente relevante refere-se aos direitos sociais. Sobre eles, Rayane deu o seguinte exemplo:

[...] vou exemplificar, na troca do nome, há dois meses direcionei uma menina trans a retificar seu nome, e encontramos muitos obstáculos, mesmo sendo algo legal pela justiça. Segundo o STF, era só ir com os documentos no cartório, nisso demoramos quatro meses, não foi nada fácil garantir um direito. Outra questão é os médicos que nunca estão preparados para atender agente, tem as questões de pronome,

principalmente na saúde, ver uma mulher e trata no masculino, creio que não respeitam os direitos sociais.
Rayane, 2021

Para Bianca, os direitos sociais são negados, principalmente no que tange à inserção no mercado de trabalho. É preciso, nesse sentido, criar, outras oportunidades porque, às vezes, elas somente podem ser cabeleireira ou garota de programa.

Sei que estou trabalhando porque estou no serviço público, porque passei em um concurso público, se não fosse isso, estava desempregada.
Bianca, 2021

De acordo com a ANTRA (2020), devido à enorme dificuldade de encontrar um emprego formal devido ao preconceito, cerca de 90% das travestis e transexuais acabam entrando na prostituição para obter renda. Diante desse cenário, entretanto, Pitty encontra-se dentro dos 10% da população transtravesti que está trabalhando, rompendo a estatística nacional.

Outra questão importante é sobre a transfobia na escola. Sobre isso, Pitty disse que terminou o Ensino Fundamental e que nesse período não sofreu com a transfobia, mas parou de estudar para trabalhar. Desde então, passou a morar sozinha e viver a tranvestibilidade.

Rayane disse ter enfrentado situações de transfobia na escola, que a escola foi um espaço de repressão, na qual sua sexualidade não era respeitada. Contudo, hoje, tornou-se tema de seus estudos e pesquisa, está contribuindo para um espaço escolar mais inclusivo.

Já Bianca diz que:

[...] a escola foi um lugar onde sofri muito, várias agressões físicas e psicológicas por professores e alunos.
Bianca, 2021

Apesar dos obstáculos e dificuldades, Rayane e Bianca conseguiram ingressar no ensino superior, resistiram à transfobia na escola, resistiram para existir, existem para ser quem são.

Também em relação à área educacional, de acordo com Bento (2014), a legislação brasileira é falha no sentido de assegurar que pessoas transtravesti tenham sua identidade reconhecida nas instituições escolares. Desse modo, o

reconhecimento de gênero ocorre somente com o laudo psiquiátrico que atesta que o indivíduo se identifica que esse gênero:

O Estado brasileiro precisa entender o que é violência de gênero, o que é homofobia, o que é transfobia. Os gestores públicos precisam se formar. Precisamos de políticas públicas. Não basta fazermos cursos de formação para os professores dos ciclos fundamental e básico. É algo frustrante, muito duro (BENTO, 2017, p. 162).

Além da sociedade, da família, é preciso pensar na escola. Isso porque a socialização das pessoas transtravestis nas escolas precisa ser repensada, é fundamental discutir e incluir as questões das diferenças. É importante ter um olhar acolhedor concreto, um cuidado contínuo. Não é preciso aguardar que um aluno trans apareça para poder pensar nessas questões, é imprescindível também direcionar o olhar para o espaço escolar para as atividades, para os brinquedos, ter um olhar de acolhimento.

A questão do nome, mudá-lo e ser reconhecido nas e pelas diversas instituições trouxe problemas para Pitty. Ela usa o nome social, Pitty, tentou usar o nome Pitty Alane, porém enfrentou muitas dificuldades, recebeu negativas, então, mantém seu nome de registro. Contudo, essa situação causa transtornos no dia a dia, conforme relato a seguir:

[...] todos me conhecem como Pitty da rodoviária, assim sou chamada. Só tem um porém, quando vou ao médico, vou vestida de mulher, aí chamam, Paulo Cezar Nunes, de salto, de batom, todos ficam espantados. Como é que levanta uma mulher daquela! Tem esse porém, eu não ligo para isso, mas tenho esse desejo de ser chamada de Pitty Alane.
Pitty, 2021

Diante do desejo de ser chamada Pitty, ela pensou em retificar o nome nos documentos, porém enfrentou muita burocracia, então, não prosseguiu, disse que é feliz sendo a Pitty da rodoviária.

Ainda sobre os direitos básicos como o reconhecimento do nome social, de acordo com Bento (2019), eles são negados para as pessoas trans, o que dificulta ainda mais o convívio social, que já se mostra complexo. Para Bento (2019), algumas mulheres trans travestis têm dificuldade para lidar com seu nome de registro, pois o nome e a forma de a pessoa se colocar em sociedade, dá forma a sua existência.

Convém esclarecer que até a década passada, para a troca de nome nos documentos era preciso fazer a cirurgia de redesignação sexual, o que, muitas

vezes, era negado. Contudo, após muitas lutas, atualmente, é possível alterar os prenomes sem a necessidade de fazer a cirurgia, respeitando, desse modo, a forma de como as mulheres trans travestis se colocam em sociedade.

No campo da seguridade dos direitos transtravesti, Pitty disse que vai acontecer quando tiver inserção em todos os locais de trabalho, quando for possível normatizar essa situação, ocorrerá uma mudança no olhar da sociedade.

A respeito dos governantes, para ela, o Estado deveria dar incentivo às empresas, criar programas sociais nas escolas, liberado acesso para as pessoas transtravestis, tirar esses estigmas e a ligação das transtravestis com lugares de prostituição. Deve parar e pensar sobre esses corpos em lugares públicos.

Outra questão é que impacta na saúde pessoal, refere-se ao uso de hormônios. A respeito disso, Rayane fez seguinte narrativa:

Faço uso de hormônio, acho que é muito importante a transformação da nossa identidade. Eu fazia acompanhamento no Hospital das Clínicas, mas não faço mais, o acesso é um pouco difícil, os medicamentos não são baratos, são caros. Acho importante o acompanhamento médico para quem usa hormônio, principalmente para nós que somos resignadas não temos hormônio predominante no nosso corpo, e a falta desse hormônio no corpo resignado ficamos mais frágeis, a gente fica sonolenta. Penso que o uso tem que ser bem pensado, pois não é só benfeitorias, também tem os efeitos colaterais, a dependência medicamentosa.
Rayane, 2021

Bianca faz uso de hormônio e faz acompanhamento no Hucam, e pensa como a Rayane no que se refere ao uso de hormônios.

Em relação ao uso de hormônio Bento (2019), afirma que, por meio dos hormônios, a pessoa transtravesti dá sentido à sua identidade, propicia metamorfose nos corpos trans.

Após todo o exposto, falar das histórias de Bianca, Rayne, Pitty é falar da força transtravesti kennedense, da luta por dignidade, do respeito a seus modos de se posicionarem na sociedade. Assim, e mesmo diante das dificuldades, elas conseguiram ter lugar em uma cidade heteronormativa. Suas vidas se ligam, Pitty abriu portas para que Biancas e Rayanes pudessem viver a transtravestibilidade em Presidente Kennedy, deu coragem para elas se posicionarem como pessoas transtravesti.

Embora tenham tido essa oportunidade, elas viveram e vivem a polêmica de fazer a transição, de homem para mulher, de adequar suas vestes e seus corpos a sua identidade de gênero.

Um aspecto positivo é viver em uma cidade que, no olhar delas, embora pautada no modelo heteronormativo, porém as respeitam, não sofrem agressões, trabalham, existe a segurança de que não sofrerão atentados às suas vidas por serem transtravestis.

No campo familiar, as famílias sofreram com os olhares da sociedade, foram escondidas, mas hoje existe aceitação familiar, admiração por quem elas se tornaram. Apesar de terem sofrido e sofrerem exclusão social, não permanecem sem reação, mulheres reconhecidas no serviço público kennedense, lutam para terem direito ao trabalho, à saúde e à educação.

Em suma, nós três vivemos a transfobia na pele, ficamos as cicatrizes, mas aprendemos a nos impor, a nos dar respeito, a nos respeitar a nós mesmas. Nossas histórias se entrelaçam, temos muito a compartilhar, pois ao pensar em transtravesti kennedense, Pitty, Rayane e Bianca são referência:

O atual cenário não abre espaço para esses discursos, vejo essa pesquisa como uma forma de trazer essas discussões no campo acadêmico.
Bianca, 2021

Compreendemos que nós, transtravestis kennedenses, superamos a expectativa de vida, que é de 35 anos, trabalhamos, estudamos, não somos agredidas, vivemos com tranquilidade, Presidente Kennedy é tolerante à diversidade de gênero, em um cenário que, de acordo com a Antra (2021), o Brasil é o país que mais mata trans e travesti no mundo.

4.3 IMPORTÂNCIA DO NOME NA VIDA DAS TRANSTRAVESTIS

No que tange ao nome para as pessoas transtravesti, elas têm capacidade de decidir o próprio nome, o qual cria uma relação de carinho e orgulho que a maioria das pessoas não é capaz de entender. O nome é a forma delas se colocarem em sociedade, é sobre quem são e como são vistas.

No que se refere a escolher um nome, de acordo com a Antra (2021), para as pessoas ao nascerem, isso, é um comportamento cultural de grande parte das sociedades contemporâneas. De forma quase que inquestionável, os nomes são indicados com base no sexo biológico do bebê: se for homem terá um nome masculino e, se for mulher, terá um nome feminino. Com esse nome, as pessoas são reconhecidas e podem exercer sua cidadania, ter documentos e acessar serviços públicos.

Contudo, a Antra (2021) nos leva a fazer a seguinte reflexão, levando a pensar sobre a seguinte situação: conforme você vai crescendo, o nome que você recebeu ao nascer vai perdendo o sentido, principalmente, porque o gênero que lhe foi atribuído não corresponde ao que você é de verdade. Ou seja, na prática, você tem um nome feminino quando, na verdade, você se sente e se reconhece com um homem, e vice-versa.

Apesar de soar como um exercício meramente reflexivo, essa é a realidade de uma parcela da população brasileira, que abarca os chamados transtravesti.

Rayane disse que quando nós nascemos, a medicina faz o seu papel, diz qual é o nosso sexo, constrói nosso gênero baseado no sexo que foi dito no nascimento. Sobre isso, a Antra (2021) afirma que a construção da identidade das pessoas travestis, mulheres transexuais, não passa por essa perspectiva.

Nessas situações, as pessoas transgêneros recorrem a nomes sociais que correspondem à sua identidade e que as representam. O nome social tem suma importância na vida dessas pessoas, porque o nome é a primeira forma de se apresentar no mundo e de dizer quem é. Uma vez que o nome de registro não está de acordo com o gênero com a qual elas se reconhecem, isso causa um sofrimento bastante grande, além de situações de constrangimento, ressaltou Pitty.

Pitty contou que seu nome surgiu por conta de um personagem chamada Pitty bicha; ela adorava imitá-lo. Diante disso, as pessoas próximas começaram a chamá-la de Pitty, então, a partir daí ela passou a se reconhecer como Pitty:

No começo, não gostava muito desse nome, porém com o tempo passei a gostar. A Pitty passou a me representar, sabe, aquele nome masculino não mostra quem sou, Pitty é quem sou, extravagante, com minhas unhas vermelhas e batom de cor forte, gosto de ser notada.

Pitty, 2021

Rayane é o nome que a pedagoga kennedense escolheu para se apresentar ao mundo. Mulher trans, ela descobriu, ainda na adolescência, não ser do gênero masculino, como lhe foi atribuído quando nasceu. “Com 5 anos, meus conflitos começaram, comecei a ter noção que eu era uma mulher e que meu corpo não condizia com meu gênero e com minha cabeça”, relatou.

A transição de gênero, no caso de Rayane, foi um processo que durou alguns anos. Envolveu a troca de roupas masculinas por femininas, uso de hormônios, sessões de terapia. Rayane surgiu por ser próximo ao nome Raone, Rayane afirma que sempre lutou pelo seu nome, e para que as pessoas a enxergassem como uma mulher que se chama Rayane:

Raone morreu, nasceu Rayane, nome forte, que representa quem sou, mulher forte, que descobriu o valor de ser transexual, que ama sua história, seu nome, sou assim, Rayane.

Rayane, 2021

Já Bianca disse que seu nome surgiu de um apelido que ganhou de uma amiga de infância, Bil. Desse apelido, aos 23 anos, nasceu Bianca, que significa

doce e branca como a neve. Bianca deu significado à existência de uma alma que era reprimida:

Tive muita dificuldade para ser reconhecida como Bianca, mas fui persistente, amo meu nome, amo quando ouço alguém me chamar de Bianca.
Bianca, 2021

Pitty, Rayane e Bianca têm em comum a relação especial com o nome escolhido. “Antes do nome social, era como ser um indigente e, a partir dele, eu passei a existir como pessoa social e política,” afirmou Rayane.

Decidir o próprio nome estabelece um vínculo especial consigo mesma, mas a maioria das pessoas não compreende a relevância disso:

Quando eu ouvi alguém me chamando assim pela primeira vez, foi a melhor sensação que eu poderia ter. Ele representa quem eu sou. Minha identidade.
Bianca, 2021

Diante de uma sociedade que marginaliza pessoas transtravestis, se sentir identificada é mais do que libertador: é símbolo de resistência. Foi pensando nisso que Rayane escolheu o seu próprio nome.

Para Bianca significa que dizer seu nome para alguém, está dizendo que existe e que resiste e sente força para ser a mulher que se tornou.

Rayane e Bianca retificaram seus nomes, porém durante anos usaram o nome social e, fazendo amarra com Pitty, nossas se entrelaçaram em diversos momentos de nossas vidas.

4.4 PITY, RAYANE E BIANCA: O (DES)FAZER DE NÓS ENTRE NÓS

As vidas transtravestis são marcadas pelos nós da resistência, muitas morreram para que hoje pudéssemos ser quem somos. Hoje, vivemos o privilégio de chegar ao ensino superior, de trabalhar, de sermos Pitty, Rayane e Bianca.

Os nós transtravesti nos unem, estamos entre os nós de sermos kennedenses, de vivermos sem pensar nos julgamentos, sem medo de sermos quem somos, refletimos força e determinação.

A construção de Bianca mostra resquícios de Pitty e Rayane, a admiração dos traços transtravestis que Pitty têm, a harmonia consigo mesma. Rayane em sua determinação em fazer ter direito do que é de direito. Tudo isso contribuiu para a construção da Bianca desbravadora, avassaladora como uma ventania.

Pitty, Rayane e Bianca, mulheres fortes kennedenses, capixabas, seus nós estão entrelaçados em suas lutas, no respeito que elas impuseram, na garra de ser quem são:

A construção deste capítulo trouxe muitas emoções à tona, um sentimento bom. O interessante de tudo isso é que até o início da construção desta pesquisa eu não via a lado bom de ser trans. Hoje, vejo como conquistei tanta coisa, hoje, estou em uma posição de privilégio, não tinha visão disso, posso dizer que estou saindo outra pessoa, resultado da construção desta pesquisa, de pesquisadora virei participante da pesquisa.

Edmar Thiengo me desafiou, tive que me superar, me reinventar por diversas vezes, quantas lágrimas de superação e de alegria. Tenho a sensação de que posso fazer o que quiser, sinto que o céu é o limite, ganhei voz, ganhei coragem de falar, fala essa que foi reprimida. Hoje, na minha voz ecoam as vozes transtravestis.

Bianca, 2021

Existe o sentimento de que somos vencedoras, que nossos nós nos unem, que entre nossos nós somos semelhantes, vivemos a vida na beleza do que muitos acham que é imperfeição. Perfeito é se permitir viver o que parece imperfeito, inaceitável, impossível; é na metamorfose transtravesti que encontramos o verdadeiro sentido de quem somos.

Entre tantos nós, a relação entre as participantes foi importante antes e permanece. Nesse sentido, surgiram os seguintes relatos:

Conheço Bianca desde pequena, sabia que ela era igual a mim, falava, esse menino é diferente. Lembro que acolhi, e quando seu pai colocou para fora de casa, dei muito conselho, eu tinha passado por tudo que ela passou, fiquei muito feliz quando ela me convidou para participar da pesquisa, Bianca está mostrando a gente, nossa realidade, fiquei muito feliz.

Pitty, 2021

Eu e Bianca tivemos as vidas traçadas, nos cuidamos, nos ouvimos, fizemos até a mesma linha de pesquisa no mestrado, a transexualidade nos fez irmãs.

Rayane, 2021

Pitty e Rayane são minhas referências transtravestis de Presidente Kennedy, me espelhei nelas, sou grata por essas referências.

Bianca, 2021

Rayane e Pitty não tem vínculo de convívio, porém em Presidente Kennedy somos famosas; Pitty, Rayane e Bianca são figuras conhecidas, que conquistaram seu espaço.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo é dedicado ao produto educacional, resultado da dissertação de mestrado profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da FVC. Diferente do mestrado acadêmico, o mestrado profissional oportuniza fazer uma produção advinda dos conteúdos da dissertação de mestrado.

Desse modo, ao desenvolver pesquisa e escrever a dissertação, *Eu, Mulher Trans Psicóloga: Entre Nós e Amarras* emergiu resplandecente um documentário, cujo propósito foi apresentar os ecos trans e travestis por meio de uma produção áudio visual.

O produto foi constituído na forma de um documentário, produção essa que teve como objetivo mostrar uma visão da realidade por meio da tela. Apesar de ter um roteiro, o documentário não escrito ou planejado, e sim construído processualmente de forma criativa, buscando mostrar a realidade através da autobiografia.

O documentário em questão, produzido pela pesquisadora responsável, retratar as experiências das colaboradoras desta pesquisa.

As filmagens ocorreram na Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Presidente Kennedy, lugar onde tenho orgulho de dizer que trabalho.

Posteriormente, foi feita a pós-produção, fase de montar as cenas e organizá-las, bem costurar todas as realidades, de forma a criar um trabalho íntegro e compreensível ao espectador.

Ficha técnica

Roteiro e direção	Bianca Santos da Silva Lucas dos Santos Viana
Coordenação	Lucas dos Santos Viana
Pesquisa	Bianca Santos da Silva
Produção	Lucas dos Santos Viana
Edição	Lucas dos Santos Viana

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação me oportunizou a possibilidade de discutir a transfobia por meio das histórias transtravestis. Notamos nos discursos das entrevistadas que a sexualidade e a transfobia são silenciadas nas famílias, nas escolas, na sociedade em geral, e que discussões e reflexões acerca das questões de gênero ainda são vistas como tabu por muitos na sociedade em geral.

Diante da realidade presente na vida das entrevistadas, em que a transfobia é pouco discutida, surgiram questões relativas ao gênero e à transfobia e, com isso, questionamos o modelo da heteronormatividade que se perpetua na cidade de Presidente Kennedy, que, mesmo nesse molde, de acordo com as entrevistadas, é uma cidade que respeita a pessoa transtravesti.

Ao analisar as falas das entrevistadas, apresentam-se pessoas que buscaram seu lugar na sociedade, romperam moldes tradicionais, quebraram paradigmas e barreiras para viver conforme sua orientação de gênero.

Em relação às políticas sociais de proteção às pessoas trans, as entrevistadas relataram como foi importante usar o poder público no processo de retificação de nome, bem como utilizar do ambulatório trans, programa do SUS, auxiliou na disforia de gênero.

No que se refere à maneira de as pessoas trans construírem sua identidade de gênero, notamos que as pesquisadas lidam bem com sua identidade de gênero, expressaram orgulho ao falar que são transtravesti, têm orgulho das suas trajetórias e da representatividade em Presidente Kennedy (ES).

Em relação à importância do nome como forma de valorização da identidade de gênero, as pesquisadas falaram sobre a representatividade social que o nome deu a elas, visto que o nome dá significado à forma de elas se colocarem no mundo.

Os diálogos, as descobertas, os nós e as amarras presentes neste estudo resultaram no documentário, produto educacional de tudo isso, possibilitando apresentar de forma audiovisual as discussões desta pesquisa, além de disponibilizar para o telespectador informações a respeito da transtravestibilidade. Foram apresentadas a autobiografia de Bianca e os relatos feitos por Bianca, Pitty e Rayane.

A pesquisa que apresentamos encerra essa página, mas abre outras, descortinando um universo de possibilidades que não temos noção. Resta uma certeza: continuamos firmes na luta, pois esta é constante.

De Kennedy para o mundo!

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Manual de comunicação LGBT.** Aliança Paranaense pela cidadania LGBT. Programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS – UNAIDS. 1. ed. 2010.

ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais.**
<https://antrabrasil.org/sobre/>. Acesso em: 16 set. 2021.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 3. ed. Editora Devires, 2017.

BENTO, B. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.

BERNARDI, M. **A deseducação sexual.** São Paulo: Summus, 1985.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, 2009. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009.** Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CFM nº 1.955/10.** Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02, 2010. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/3resolucaoCFM1955.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CAMASMIE, A. T. Narrativa de histórias pessoais: um caminho de compreensão de si mesmo a luz do pensamento de Hannah Arendt. Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica. Dissertação (Mestrado). São Paulo: 2007.

ESPIRITO SANTO. **Secretaria de Estado da Educação Conselho Estadual de Educação, Resolução CEE nº 2.735/2011.** Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Leis/Resolucoes/res2735-1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

FONTE, C. A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. In: **Psicologia teoria e prática.** São Paulo, 2006. 8(2), pp.123-131.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GOLD. **Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade**. Disponível em: <https://prosas.com.br/empreendedores/1174-grupo-orgulho-liberdade-e-dignidade-gold>. Acesso: 8 de jun. de 2021.

GOMES, R. *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 185-221.

HEILBORN, M.L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Orgs.) **Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP-GeR: módulo 2**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

JESUS, J. **Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. História Agora, 16, p. 101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline. **Origem sobre identidade de gênero: conceito e termos**. 2012 Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEYER, D. E. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 1, p. 13-18, 2004.

PAMPLONA, R. S. O kit anti-homofobia e os discursos sobre a diversidade sexual na mídia e na educação. In: **III Seminário de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar**. São Carlos, 2011. Disponível em: http://sistemas3.sead.ufscar.br/ppge/renata_silva_pamplona.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

PAULA, I. Há três anos, Dandara dos Santos era torturada e morta em Rua de Fortaleza. **Jornal O POVO on-line**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

PEREIRA, L. B. C.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Jan-Dez, 14(41):1795. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/996051/1795-10932-1-pb.pdf> Acesso: 8 jun. 2021.

PHOENIX, A. Analyzing Narrative Contexts In: ANDREWS, M.; SQUIRE, C.; TAMBOUKOU, M. **Doing Narrative Research**. 2ªed. Sage: Los Angeles, 2013. pp. 64-77.

RANGÉ, B. **Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: transtornos psiquiátricos**. São Paulo: Livro Pleno, 2001. p. 219-230.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**.n.2, p. 71-99, jul./dez.Porto Alegre: 1995.

SOARES, A. S. F. Doente e pecador: ecos do século XIX sobre a homossexualidade na imprensa oficial (1985-2010). In: TASSO, I.; NAVARRO, P. **Produção de identidades e processos desubjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 111-131. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021

Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário.
G1Ceará.Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>.Acesso em: 13 out.2021.

APENDICES

APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS COLABORADORAS

FACULDADE VALE DO CRICARE
SÃO MATEUS - ES
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
TÍTULO: EU, MULHER TRANS PSICÓLOGA: ENTRE (NÓS) E AMARRAS

Entrevistador: _____ Data: __/__/__

Horário da entrevista: Início:_____ Término:_____ Local:_____

1 - Identificação do/a informante Nome Social:

Idade: _____

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Identidade de gênero: _____

Orientação Sexual: _____

2 - Abordagem Especifica (Questionamentos feitos em forma de conversa durante entrevista).

2.1 Quem é você dentro do universo da travestibilidade/transexualidade?

2.2 Você já sofreu algum tipo de exclusão social/familiar/igreja/escola?

2.3 Ao longo de sua vida como você convive com o preconceito?

2.4 Qual sua percepção da cidade de Presidente Kennedy/preconceituosa ou não?

2.5 Qual a sua percepção quanto à transfobia?

2.6 Em sua opinião, os direitos sociais conseguem amparar a população trans?

2.7 Juridicamente, você já tentou ou tem interesse em mudar o nome social?

2.8 Quais os impasses encontrados dentro do âmbito jurídico para essa retificação?

2.9 Em sua opinião, quais os desafios encontrados para retificação do registro civil?

2.10 Como o Estado pode contribuir para garantir os direitos sociais para população trans?

2.10 Você toma hormônios? Se sim, você faz acompanhamento? Onde?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, nacionalidade _____, ____ anos, [estado civil], [profissão], residente em [cidade], sito à Rua _____, _____, Bairro _____ estou sendo convidada a participar de um estudo denominado, Eu, mulher transpsicóloga: Entre (nós) e amarras, cujo objetivo é analisar as políticas sociais de proteção às pessoas trans, verificar como as pessoas trans produzem sua identidade de gênero, compreender a importância do nome como forma de valorização da identidade de gênero para essas pessoas e apresentar um compêndio de histórias que valorize e potencialize o “eu trans” em Presidente Kennedy, contexto supostamente marcado pela heteronormatividade e transfobia, por meio da narrativa de suas experiências e vivências.

A minha participação no referido estudo será no sentido de ter minha biografia, ou parte dela, retratada na dissertação oriunda da pesquisa, obtidas por meio de entrevistas narrativas gravadas e por meio de análise do memorial descritivo.

Fui alertada de que a pesquisa a se realizar não resultará em benefícios; por outro lado, obtive os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização, haja vista que esta pesquisa poderá gerar certa exposição da minha história. Estou ciente também que o meu nome civil será mantido em sigilo, caso assim eu queira, contudo, autorizo a utilização do meu nome social, como forma de enfrentamento da transfobia, conforme desejo anteriormente manifestado. Também fui informada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa. Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Bianca Santos da Silva, orientanda do Professor Doutor Edmar Thiengo Reis, da Universidade Vale do Cricaré - São Matheus-ES, e com eles poderei manter contato pelo telefone (28) 99945-7438.

É assegurada, durante toda pesquisa, o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Data:// 2021 Presidente Kennedy.

Colaboradora da pesquisa

Pesquisadora: Bianca Santos da Silva

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM, AUDIO E NOME

**FACULDADE VALE DO CRICARE
SÃO MATEUS - ES****PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO.
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM, AUDIO E NOME.**

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, portador da
Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF sob nº
_____, residente à Av./Rua
_____, nº. _____, município de Presidente
Kennedy /Espírito Santo – BR, AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e
qualquer material entre imagens de vídeo, áudio, fotos e documentos, para ser
utilizada no **Documentário** intitulado **"Eu, Mulher Trans Psicóloga: O Desfazer de
Nós e o Fazer de Amarras"**. A presente autorização é concedida a título gratuito,
abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das
seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão,
cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a
cessão de direitos da veiculação das **imagens, áudio e uso do nome**, não
recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima
descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha
imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 2 vias de igual teor
e forma.

Dia ____ de _____ de 2021.

(Assinatura)

Pesquisadora Responsável: Bianca Santos da Silva

Telefone p/ contato: (28)99945-7438

APÊNDICE D – MODELO DE REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE (AQUI INCLUIR O NOME DA CIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO CARTÓRIO)

I - REQUERENTE: Nome civil completo, nacionalidade, naturalidade, data e local do nascimento, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço completo, telefone, endereço eletrônico.

II - REQUERIMENTO: Visto que o gênero que consta em meu registro de nascimento não coincide com minha identidade autopercebida e vivida, solicito que seja averbada a alteração do sexo para (masculino ou feminino), bem como seja alterado o prenome para _____.

III - DECLARAÇÕES SOB AS PENAS DA LEI. Declaro que não possuo passaporte, identificação civil nacional (ICN) ou registro geral de identidade (RG) emitido em outra unidade da Federação.

IV - FUNDAMENTO JURÍDICO

O presente requerimento está fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana, no art. 58 da Lei n. 6.015/1973, interpretado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI n. 4.275, e no Provimento CN-CNJ n. 73/2018.

Por ser verdade, firmo o presente termo. - Local e data - Assinatura do requerente.

APÊNDICE E – MODELO DE PEDIDO DE GRATUIDADE DE CUSTAS DO CARTÓRIO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE (AQUI INCLUIR O NOME DA CIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO CARTÓRIO)

Eu, [Nome social], registrado(a) sob o nome [nome de registro], [nacionalidade], [naturalidade], [data e local do nascimento], [estado civil], [profissão], [RG], [CPF], [endereço completo], [telefone], [endereço eletrônico], nesta cidade, vem requerer a alteração do registro civil na forma do pedido em anexo – ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO COM BASE NO PROVIMENTO N.º 73/2018 DA CORREGEDORIA NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (aqui deve-se anexar o pedido de alteração), de forma gratuita, declarando nos termos da Lei n.º 1.060/50, para fins de isenção dos respectivos emolumentos e taxas referentes ao incidente sobre o ato acima descrito, declarando enquadra-se nos termos da lei citada e ainda ciente de que a falsidade da presente declaração implicará responsabilidades, podendo ainda o registrador exigir o pagamento dos emolumentos e taxas correspondentes.

Por ser verdade, firmo o presente termo.

Local e data.

Assinatura do requerente

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EU, MULHER TRANS PSICOLOGA: O FAZER ENTRE (NÓS) E O (DES)FAZER DE AMARRAS

Pesquisador: BIANCA SANTOS DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52801721.0.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

Patrocinador Principal: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.072.366

Apresentação do Projeto:

O desejo de produzir uma pesquisa sobre as transtravestis nasceu, Eu, mulher trans psicóloga: Entre (nós) e amarras, onde minhas vivências farão nós e amarras com as histórias autobiográficas nas análises de conteúdo. Para entender esse vivência teremos como base norteadora a questão: como se dá o processo de assumir-se mulher trans e psicóloga em meio aos nós e amarras de uma sociedade heteronormativa? Como objetivo geral propomos discutir o processo de assumir-se mulher transe psicóloga em meio aos nós e amarras de uma sociedade heteronormativa. Aos objetivos específicos buscamos: analisar as políticas sociais de proteção às pessoas trans; verificar como as pessoas trans produzem sua identidade de gênero; compreender a importância do nome como forma de valorização da identidade de gênero para essas pessoas; apresentar um compêndio de histórias que valorize e potencialize o “eu trans”. No que tange a metodologia, optamos pela autobiografia com perspectiva de auto formação e narrativas de resistência, onde as narrativas trans e travestis irão construir um compêndio de histórias trans. No que tange ao produto final faremos um compêndio de histórias trans é travestis, Kennedenses, através de documentário.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Como objetivo geral propomos discutir o processo de assumir-se mulher transe psicóloga em

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.072.366

meio aos nós e amarras de uma sociedade heteronormativa.

Objetivo Secundário:

- Analisar as políticas sociais de proteção às pessoas trans.
- Verificar como as pessoas trans produzem sua identidade de gênero.
- Compreender a importância do nome como forma de valorização da identidade de gênero para essas pessoas.
- Apresentar um compêndio de histórias que valorize e potencialize o "eu trans".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa que envolve pessoas, envolve risco, pois durante as entrevistas podem trazer a tona questões que o entrevistado não de conta de elaborar, cabe o pesquisador ter uma escuta qualificada, e possíveis condutas diante o que foi mencionado.

Benefícios:

A pesquisa em questão é benéfica para o campo científico e para as pessoas travestis e transexuais, pois estamos falando de pessoas que são excluídas da sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se mostra relevante uma vez que objetiva discutir o processo de assumir-se mulher trans e psicóloga em meio aos nós e amarras de uma sociedade heteronormativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados e estão de acordo com a legislação em vigor.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI 2.d.

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



Continuação do Parecer: 5.072.366

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1839101.pdf	07/10/2021 19:11:11		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FVCBIANCA.docx	07/10/2021 19:10:43	BIANCA SANTOS DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL.docx	07/10/2021 19:09:04	BIANCA SANTOS DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	07/10/2021 18:52:05	BIANCA SANTOS DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

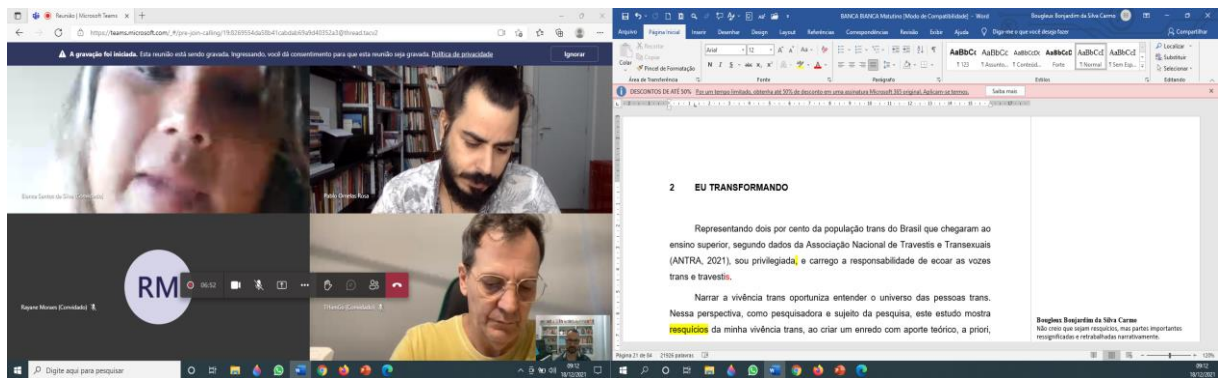
Não

SAO MATEUS, 29 de Outubro de 2021

Assinado por:
José Roberto Gonçalves de Abreu
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br

ANEXO B – DEFESA



The image shows a Microsoft Teams meeting interface. On the left, there are video thumbnails for three participants: Bianca Santos de Sá, Ruyana Moraes, and Thiago. The main window displays a presentation slide with the following content:

2 EU TRANSFORMANDO

Representando dois por cento da população trans do Brasil que chegaram ao ensino superior, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2021), sou privilegiada e carrego a responsabilidade de ecoar as vozes trans e travestis.

Narrar a vivência trans oportuniza entender o universo das pessoas trans. Nessa perspectiva, como pesquisadora e sujeito da pesquisa, este estudo mostra **resquícios** da minha vivência trans, ao criar um enredo com aporte teórico, a priori,

Bianca Bragança da Silva Caruso
Não choro que sou pesquisadora, mas partes importantes ressignificadas e reatualizadas narrativamente.